



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO CENTRO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

MULTIDISCIPLINAR DE CARAÚBAS – CMC

CURSO BACHARELADO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - BCT

DALVANA JULIA DOS SANTOS NOGUEIRA

**PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA DA CIDADE DE
CARAÚBAS/ RN: UMA ANÁLISE SOBRE POPULAÇÃO URBANA**

CARAÚBAS/ RN

2021

DALVANA JULIA DOS SANTOS NOGUEIRA

**PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA: UMA ANÁLISE
SOBRE POPULAÇÃO URBANA DE CARAÚBAS/RN**

Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências e Tecnologia (BCT) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido-UFERSA como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciência e Tecnologia.

Orientadora: Profa. Esp. Aldilene Bezerra Pinheiro

CARAÚBAS/ RN

2021

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

N251 NOGUEIRA, DALVANA JULIA DOS SANTOS .
p PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA DA
CIDADE DE CARAÚBAS/ RN: UMA ANÁLISE SOBRE
POPULAÇÃO URBANA / DALVANA JULIA DOS SANTOS
NOGUEIRA. - 2021.
66 f. : il.

Orientadora: ALDILENE BEZERRA PINHEIRO.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Ciência e
Tecnologia, 2021.

1. Desenvolvimento Humano. 2. Desenvolvimento
urbano. 3. Sustentabilidade. 4. Área urbana. I.
PINHEIRO, ALDILENE BEZERRA , orient. II. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

DALVANA JULIA DOS SANTOS NOGUEIRA

**PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA: UMA ANÁLISE
SOBRE POPULAÇÃO URBANA DE CARAÚBAS/RN**

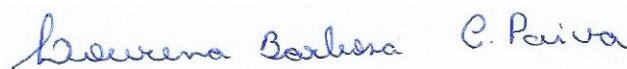
Trabalho Final de Graduação apresentado ao
Curso de Bacharelado em Ciências e
Tecnologia (BCT) da Universidade Federal
Rural do Semi-Árido-UFERSA como requisito
para obtenção do título de Bacharel em C&T.

APROVADO EM: 29 / 05 / 2021.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Esp. Aldilene Bezerra Pinheiro (UFERSA)
Orientadora



Prof. Esp. Lourena Barbosa Cavalcante Paiva (Externo)
Membro Examinador



Profa. Dra. Edna Lúcia da Rocha Linhares (UFERSA)
Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me acompanhou e me proporcionou todas as condições para atingir meus objetivos nesta tarefa.

Agradeço também a minha orientadora por me orientar na elaboração deste trabalho.

E aos meus familiares, namorado, amigos e colegas que de uma forma ou de outra colaboraram para o êxito desta monografia.

RESUMO

As políticas públicas de urbanização trazem regulamentações que implicam em responsabilidades dos poderes públicos para com a população e os processos de desenvolvimento das cidades. Nesse sentido, ações direcionadas a direitos como saúde, educação, sustentabilidade, distribuição de renda, melhorias a infraestrutura urbana são necessárias para fins de obtenção da boa qualidade de vida do povo. Neste trabalho, o objetivo principal foi analisar as principais transformações ocorridas durante o processo de desenvolvimento urbano da cidade de Caraúbas-RN. De forma mais específica, a intenção foi identificar as transformações sociais e econômicas no município de Caraúbas, verificar os principais problemas urbanos da cidade e analisar a qualidade de vida da população. Para tanto, foi realizada uma pesquisa do tipo descritivo e abordagem quali-quantitativa em quatro bairros: Alto de São Severino, Leandro Bezerra, Sebastião Maltêz e o Centro. Utilizou-se a aplicação de um questionário semiestruturado, com 200 pessoas residentes nos quatro bairros, levantando questões sobre: o abastecimento de água, coleta de lixo, rede de esgoto e o crescimento inadequado da cidade, relacionado ao desenvolvimento humano e sustentável das pessoas. A ferramenta utilizada para a criação dos questionários foi a plataforma do *Google Forms*, os quais, parte foram aplicados de forma eletrônica, por E-mail e em grupos de WhatsApp e outra parte de forma presencial, através de formulários. Os resultados do estudo indicam que o processo de urbanização de Caraúbas/ RN não se realizou de forma mais adequada para a qualidade de vida dos seus habitantes. A maioria dos mais idosos não teve acesso à educação que possibilitasse o desenvolvimento da leitura e da escrita, 78% tem nível de escolaridade baixo ou nunca foi à escola, 61% mora em casa própria, 74% não apresenta doenças crônicas ou já passou por processo cirúrgico, mas 83% faz uso de medicamentos e isso indica que a saúde não é de boa qualidade. A maioria, 81% não pratica atividade física e 74% diz que é por falta de espaço adequado; a situação piora quando se trata das pessoas da terceira idade. Considerando tal resultado, conclui-se que o poder público necessita de direcionar ações mitigadoras, entre as quais o mapeamento dos setores que merecem atenção especial para que seja elaborado um plano diretor, um plano de saneamento básico ou melhorias de ações já existentes nesse sentido, construção de espaços de convivência e ampliação do acesso à educação, em especial com a criação de um projeto de educação ambiental.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano. Desenvolvimento urbano. Sustentabilidade. Área urbana.

ABSTRACT

Public urbanization policies bring regulations that imply responsibilities of public authorities towards the population and the development processes of cities. In this sense, actions aimed at rights such as health, education, sustainability, income distribution, improvements to urban infrastructure are necessary in order to obtain a good quality of life for the people. In this work, the main objective was to analyze the main transformations that occurred during the urban development process of the city of Caraúbas-RN. More specifically, the intention was to identify the social and economic transformations in the municipality of Caraúbas, verify the main urban problems in the city and analyze the population's quality of life. For this purpose, a descriptive research with a qualitative and quantitative approach was carried out in four districts: Alto de São Severino, Leandro Bezerra, Sebastião Maltêz and Centro. We used the application of a semi-structured questionnaire, with 200 people living in the four neighborhoods, raising questions about: water supply, garbage collection, sewage system and the inadequate growth of the city, related to human and sustainable development of people. The tool used to create the questionnaires was the Google Forms platform, part of which were applied electronically, by email and in WhatsApp groups, and the other part in person, through forms. The results of the study indicate that the urbanization process in Caraúbas/RN was not carried out in a more adequate way for the quality of life of its inhabitants. Most of the older adults did not have access to education that would enable the development of reading and writing, 78% have a low level of education or have never been to school, 61% live in their own home, 74% do not have chronic diseases or have already been through surgical process, but 83% use medication and this indicates that health is not of good quality. Most, 81% do not practice physical activity and 74% say it is due to lack of adequate space; the situation gets worse when it comes to the elderly. Considering this result, it is concluded that the government needs to direct mitigating actions, including the mapping of sectors that deserve special attention so that a master plan, a basic sanitation plan or improvements to existing actions in this regard can be drawn up, construction of living spaces and expansion of access to education, especially with the creation of an environmental education project.

Keywords: Human Development. Urban Development. Sustainability. Urban area.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do município de Caraúbas/ RN.....	35
Figura 2 – Limites da área urbana de Caraúbas.....	36
Figura 3 – Zona urbana de Caraúbas/ RN.....	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução populacional de Caraúbas 1970-2010.....	38
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero predominante dos participantes.....	42
Gráfico 2 – Faixa etária de idade dos pesquisados.....	43
Gráfico 3 – Estado conjugal dos pesquisados.....	44
Gráfico 4 – Quantidade de pessoas em casa.....	44
Gráfico 5 – Prole.....	45
Gráfico 6 – Religião que professam.....	45
Gráfico 7 – Leitura e escrita.....	46
Gráfico 8 – Grau de escolaridade.....	47
Gráfico 9 – Condição da moradia.....	48
Gráfico 10 – Distribuição de renda.....	49
Gráfico 11 – Sobre doenças crônicas ou passou por algum processo cirúrgico.....	50
Gráfico 12 – Uso de medicamentos.....	50
Gráfico 13 – Sobre a prática de atividades físicas.....	52
Gráfico 14 – Tipos de atividade física praticados.....	53
Gráfico 15 – Dificuldades associadas à prática de atividades físicas.....	53
Gráfico 16 – Existência de espaço para passeio e lazer na cidade de Caraúbas/ RN.....	54
Gráfico 17 – A frequência a espaços destinados às pessoas da terceira idade.....	55
Gráfico 18 – Nível de satisfação em relação aos locais destinados ao lazer.....	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.1
1.1 OBJETIVOS	Erro! Indicador não definido.2
1.1.1 Objetivo geral.....	Erro! Indicador não definido.2
1.1.2 Objetivos específicos.....	Erro! Indicador não definido.2
2 REFERECIAL TEÓRICO	Erro! Indicador não definido.3
2.1 ESPAÇO GEOGRÁFICO	Erro! Indicador não definido.3
2.1.1 Espaço rural.....	13
2.1.2 Espaço urbano.....	15
2.2 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO.....	16
2.2.1 Fatores atrativos.....	16
2.2.1.1 Industrialização.....	17
2.2.2 Fatores repulsivos.....	19
2.2.3 Políticas planificadoras.....	19
2.3 QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.....	21
2.3.1 Gestão de serviços públicos.....	23
2.3.1.1 Saúde.....	25
2.3.1.2 Saneamento.....	26
2.3.1.3 Educação.....	27
2.3.1.4 Segurança.....	28
2.3.2 Desenvolvimento humano.....	29
2.3.2.1 Áreas de convívio coletivo.....	30
2.3.2.2 Distribuição econômica.....	31
2.3.2.3 Ações públicas coletivas.....	32
2.3.3 Desenvolvimento sustentável.....	32
2.3.3.1 Preservação de áreas verdes.....	33
2.3.3.2 Ações de sustentabilidade.....	34
2.4 A HISTÓRIA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO E URBANIZAÇÃO DE CARAÚBAS/ RN.....	35
3 METODOLOGIA.....	39
3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA.....	39
3.2 LOCAL DE ESTUDO.....	39
3.3 MÉTODO DE AVALIAÇÃO.....	40

3.3.1 Levantamento de Subsídios.....	40
3.3.2 Ferramentas utilizadas.....	40
3.3.3 Análises dos dados.....	41
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	42
4.1 FATOS RECENTES SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE CARAÚBAS....	42
4.2 QUALIDADE DE VIDA.....	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	58
APÊNDICE A.....	64

1. INTRODUÇÃO

O processo de urbanização associa-se ao aumento na concentração da população em regiões urbanas, geralmente ocorre pelo número intenso de migração de pessoas do campo para a cidade. Esse movimento se relaciona a expansão da produção industrial, que faz com que as cidades se tornem atraentes em função do surgimento de novas vagas de emprego (ROSA, 2014).

A partir da segunda metade do século XX, o processo de urbanização da população brasileira obteve um relevante crescimento, com os habitantes urbanos tornando-se superior à rural na década de sessenta. Atualmente quase 85% de todos cidadãos do país residem em áreas urbanas como revelaram os dados do último Censo (BRITO; PINHO, 2015).

Enfatiza-se que quanto maior o tamanho demográfico do município, especialmente de sua população urbana, maior é a dimensão e complexidade do seu processo de urbanização. As atividades econômicas são mais complexas quando envolvem a cidade e seu espaço de relações, propiciando o desenvolvimento de especializações produtivas e das funções urbanas. Assim, torna-se necessário considerar três pontos durante esse método: tamanho demográfico, funções urbanas e organização do espaço intraurbano (SILVEIRA; JARDIM, 2017).

No decorrente processo de ampliação urbana, onde o número dos moradores tem se destacado em um cenário exponencial de crescimento, aumenta-se também a desigualdade, as limitações de saneamento, infraestrutura, distribuição de água e de serviços básicos de saúde e para manutenção da vida. Tais disparidades no acesso geram efeitos negativos sobre a qualidade de vida dos indivíduos (BATTAUS; OLIVEIRA, 2016).

A urbanização pode ser entendida como algo além da expansão habitacional e econômica, os seus impactos causam mudanças no modo de enxergar as potencialidades locais, aprofundando-se em suas características, suas funções reais e como influencia no aumento da expectativa de vida população. Deste modo, o processo de urbanização e a qualidade de vida estão intrinsecamente relacionados, tornando fundamental os processos de planejamento e gestão urbana para manter tanto o direito à cidade quanto o espaço urbano (CABRAL; CÂNDIDO, 2019).

O planejamento urbano tem como finalidade a formação de uma cidade ideal, na qual apresenta metas para o futuro, atendendo as normas e diretrizes de propriedade da terra, interesses mercadológicos e ideais de padrão de vida moderno. Entretanto, deve-se levar em consideração a realidade das metrópoles e a vida das pessoas no espaço urbano, pois os seus problemas são analisados como desvio do modelo idealizado (SANTOS; GALLO, 2018).

Deste modo, é importante entender como ocorreu o processo de urbanização brasileira e sua evolução, os conceitos e estudos sobre qualidade de vida que é influenciada por esse processo. Além de identificar os possíveis problemas relacionados à urbanização como: crescimento populacional, ocupações imobiliárias, socioambientais, econômicos da população caraubenses para conhecer a relação do espaço urbano com o indivíduo e compreender a influência dessa relação com a qualidade de vida.

O município de Caraúbas-RN vem aumentando sua população a cada ano devido à migração de estudantes e funcionários, com a chegada da Universidade Federal Rural do Semi-árido desde o ano de 2010. Para satisfazer as necessidades e demanda desse aumento populacional, muitos setores de serviços e lazer foram criados ou ampliados, entre eles: restaurantes, lanchonetes, padarias, supermercados, oficinas mecânicas, clínicas médicas e o setor da construção civil, aumentando consideravelmente o perímetro urbano. Um contexto social interessante, porém, preocupante com relação aos problemas gerados com o aumento dos resíduos sólidos gerados como todas as cidades de mesmo porte.

Diante disso, surgiram os seguintes questionamentos: Quais os impactos causados pelo crescimento urbano? Quais políticas públicas estão sendo ou deveriam ser implantadas pelos governantes? Como estes fatores estão relacionados com a qualidade de vida da população?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar as principais transformações ocorridas durante o processo de desenvolvimento urbano da cidade de Caraúbas-RN.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar as transformações sociais e econômicas no município de Caraúbas;
- Efetuar levantamento da distribuição populacional;
- Verificar os principais problemas urbanos de Caraúbas;
- Analisar os impactos no desenvolvimento urbano e a qualidade de vida da população.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ESPAÇO GEOGRÁFICO

O espaço geográfico inclui em seu contexto aspectos de primeira e segunda natureza. Os aspectos de primeira natureza dizem respeito ao que é exterior ao ser humano, aos processos do ambiente natural, como é o caso das especificações climáticas, hidrográficas, das diferenças ecossistêmicas, dos seres que habitam um determinado lugar, ou seja, dos componentes naturais e biológicos. Enquanto isso, os aspectos de segunda natureza, que dizem respeito às relações do ser humano com o espaço natural, isto é, os processos que intercalam o fazer do homem no espaço físico material (SOUZA, 2013).

Nessa inclusão das duas naturezas, o espaço geográfico deixa de ser puramente físico e estático, para evoluir ao contínuo resultado das relações sócio-espaciais. Assim, trata-se de uma definição que inclui as considerações sobre as relações econômicas, políticas, simbólico-culturais, dentre outras que abrangem a ação humana e suas práticas espaciais dentro de um determinado contexto (BRAGA, 2007). Sendo assim, estas relações da sociedade com o espaço também incluem as questões referentes aos espaços conforme sua natureza estrutural e social. Neste sentido, o espaço geográfico se subdivide em espaço urbano e espaço rural.

2.1.1 Espaço rural

De uma forma imediata, simplória e reduzida pode-se definir que o espaço rural é aquele que não é ocupado por moradias, comércios e outros meios de produção capitalista dentro da cidade. É o lugar onde não existe urbanidade, movimentações mais expressivas de pessoas, veículos e grandes mercados. Pode-se ainda compreender como o lugar contrário a tudo que traz características da zona urbana, como se conhece (BERNARDO et al., 2017).

De fato, por muito tempo, segundo Ferrão (2000), o espaço rural foi visto como o lugar simples, de poucas oportunidades e que para a pessoa se desenvolver teria que sair dele, migrar para a cidade e ali ascender socialmente, pois, a zona rural não é lugar de desenvolvimento pessoal, social e educacional.

Porém, já existem discussões que indicam a não definição do espaço rural por oposição. Segundo Bernardo et al. (2017), a relação do espaço rural com a cidade também é um ponto importante porque por um lado, o meio rural inclui o que chamamos de “cidades” – em uma proporção das diferentes definições que abrem caminho para a compreensão sobre as chamadas

“cidades rurais”. Porque os meios rurais também podem aglomerar grupos sociais, formar comunidades, dando ênfase à questão da complexidade do que é o rural em si. Desta forma, “[...] Se não há uma definição unitária do que significa ‘meio rural’, o mesmo se pode dizer a respeito das ‘cidades’ [...] As cidades definem-se com relação a suas funções e sua capacidade variável de imprimir à vida econômica de uma região”. (ABROMOVAY, 2000, p. 2 e 16).

Ferrão (2000), ao falar dessa complexidade e dessa relação do rural com a cidade, diz que há diferenças entre o rural conceituado de forma tradicional e o rural atual. Para este autor, a estrutura rural que tinha como função principal a produção de alimentos e a agricultura como referência é arcaica. O povo que habita a zona rural tem seus valores, costumes e modos de vidas próprios e, elementos que não se refletem apenas numa paisagem de equilíbrio entre o ambiente natural e as atividades humanas, hoje a vida rural também absorve costumes urbanos.

O rural atual não é mais esse espaço estritamente agrícola, pois, a década de 1980 trouxe uma perspectiva de olhar para os mundos rural e urbano, pelo viés de suas relações. Houve um rompimento com dois elementos essenciais: nem é lugar exclusivo de produção de alimentos e nem da atividade agrícola (FERRÃO, 2000).

É uma visão transformada, inovadora, que quebra paradigmas seculares e determina uma valorização inovadora em três sentidos: a renaturalização, que se focaliza na conservação e proteção da natureza e a busca por autenticidade, dá ênfase à conservação de patrimônios históricos e culturais para proteção da memória e das identidades e a mercantilização das paisagens, reavaliando as práticas de valorização do turismo e do lazer (FERRÃO, 2000).

Pode-se compreender que a velha noção de rural, o oposto de urbano, já não se restringe a entendimento de lugar com apenas atividades tradicionais. É preciso, incluir também no espaço agropecuário a produção de serviços: o lazer, o turismo e outras atividades que se associem à preservação do meio ambiente. Segundo Bernardo et al. (2017) os bens não agrícolas precisam fazer parte do ambiente rural, se ainda não o fazem. É o caso de valorizar o artesanato e também as formas modernas de trabalho a domicílio, que são tão comuns em outros países.

Em suma, a compreensão de espaço rural, vai além da simplicidade bucólica que se ampara na ideia de que o não-urbano é atrasado, antigo, desinformado. Talvez, esta seja uma das formas de se evitar a invasão urbana, o êxodo rural e de prevenir os grandes problemas que surgem como consequência da saída da população do espaço rural para o espaço urbano.

2.1.2 Espaço urbano

Pode-se iniciar a definição de espaço urbano compreendendo-o como o território no qual se situa uma cidade, composta por diversos componentes que resultam da aglomeração de pessoas, moradias e elementos que são necessários à organização do espaço social (CORREA, 1989).

O espaço urbano é dividido e estruturado de acordo com as classes de renda. A população com maior condição financeira consegue habitar as melhores áreas da cidade, sobrando áreas menores para os mais desfavorecidos, como as favelas. Isso ocorre, devido a uma combinação histórica de diversos fatores como: as dinâmicas formais e informais do mercado de terras; centralização político-institucional; burocratização administrativa; autoritarismo político e corrupção endêmica (VIKOU; CANEPARO, PAULA, 2017).

No entanto, para Correa (1989), não basta somente a existência desses elementos. Em termos gerais, há um o conjunto de diferentes componentes situados no território que precisam estar justapostos entre si para que se defina o espaço urbano. O autor cita a presença de usos por áreas como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. É a este conjunto de elementos que são necessários aos usos dos indivíduos que fazem parte da organização espacial de uma cidade, e pode ser denominado de espaço urbano.

Para caracterizar mais definidamente o espaço urbano, Correa (1989) delimita como sendo um fragmentado e articulado, sendo que, há relações entre as partes, variáveis, mas geralmente identificáveis pelo movimento das pessoas, dos veículos, das operações que são vivenciadas no dia-a-dia da cidade. Acrescenta o autor que o espaço urbano se torna o reflexo dos condicionantes sociais, ao mesmo tempo em que é também um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais.

Vale salientar que, quando esta definição é citada pelo autor, trata-se de compreender o espaço urbano capitalista, no qual se situa toda a dinâmica operativa das relações que buscam cumprir a sistemática de uso do capital. Isto, no sentido prático das relações que ocorrem no espaço social significa que as áreas se articulam por meio de fluxos, isto é, pela circulação de pessoas, de mercadorias, de investimentos ou de decisões.

Com o auxílio de Carlos (2011), pode-se perceber que, esse caráter do espaço urbano faz com que compreendamos a cidade como produto das contradições, uma vez que sendo

subordinada ao sistema que valoriza o capital, há divisões de classes e assim há o envolvimento de interesses e necessidades diversas. É por isso que se admite e corrobora-se com a ideia de que o espaço urbano é produzido através das lutas que ocorrem na cidade. E que nestas lutas há agentes que estão também envolvidos nessa construção.

2.2 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

O Brasil passou, nos últimos cinquenta anos, por um rápido e intenso processo de urbanização. O país transformou-se de um país rural e agrícola para um país urbano e metropolitano, com a maior parte da população concentrada nas grandes cidades. Segundo dados do IBGE (2020), estimam que, 84.76% da população estão localizados em centros urbanos.

A partir do momento que os números de moradores cresciam rapidamente, surgiam problemas de ordem públicas e sanitárias devido ao pouco ou nenhum planejamento, privando a nova massa urbana de infraestrutura e qualidade de vida, e trazendo consigo vários problemas econômicos, públicos e ambientais, especialmente nas regiões metropolitanas (ROSA, 2014).

No século XX, as dificuldades das cidades brasileiras eram resolvidas com ajustes apropriados com base no pensamento urbanístico norte americano ou europeu na qual refletia sobre a crítica da causa dos problemas do local. Entretanto, acabavam agravando cada vez mais esses problemas, pois, já existiam grandes diferenças de classes no Brasil, além de não possuir uma postura política planificadora, deixando que a ocupação e o uso do solo ocorressem aleatoriamente (PINHO; BRITO, 2017).

Nesse contexto, surgiu um modelo de planejamento, adequado a todo grupo humano, definido por sua obsessão pela presença de áreas verdes, água no espaço urbano, vias públicas amplas, sem congestionamento e pela proposta de repartição do espaço em função das atividades nas zonas de lazer, trabalho e moradia. Assim, esse modelo influenciou na nova forma de utilização do espaço urbano, provocando alterações no modo de vida e utilização dos espaços pela população e afetando consequentemente a qualidade de vida urbana das pessoas, assim como a qualidade ambiental (VIEIRA, 2019).

2.2.1 Fatores atrativos

As pessoas que deixam o campo e migram para a cidade não tomam esta decisão sem que haja algum fator preponderante. Um dos primeiros pontos a se observar como um dos

fatores atrativos, mesmo que seja apenas uma visão distorcida, é que elas não desfrutam igualmente das condições e qualidade de vida. Justamente pelo fato de que o conceito de espaço rural mais conhecido é o de lugar em atraso, como bem situa Ferrão (2000).

Pode-se perceber que há uma questão de concepção sobre o espaço rural versus espaço urbano que está permeada pela ideia, não adquirida naturalmente, mas, forçada pela falta de atenção ao rural, de que a urbanidade soa melhor para o desenvolvimento social. São questões que, segundo Ivo (2010), exploradas historicamente por diferentes autores. Essas questões dizem respeito à utopia do "viver juntos" nas modernas sociedades e às formas de solidariedade e proteção que se constituem na base do tratamento da questão social, sobre uma realidade social marcadamente desigual. Em suma, cada processo de urbanização apresenta um "comportamento" diferente da sua realidade vivenciada por cada população. Sendo que o processo de urbanização da sociedade proporciona uma realidade social e econômica individualizada, pois, cada espaço urbano é único em suas relações territoriais e de manifestações sociais e históricas.

Mas, mesmo assim, o que se subentende, e Ferrão (2000) cita muito bem isso, é que na cidade, isto é, onde se fixa a urbanidade, estão os fatores que mais atraem as pessoas, que fogem do rural imaginando encontrar no espaço urbano a sua ascensão social. Enfim, a desigualdade observada pelos que vivem em áreas rurais, devido, na maioria das vezes, a falta de políticas que estimulem o equilíbrio das situações sociais, é um dos fatores que empurra a população para o êxodo rural.

Um jovem, filho de pequeno agricultor, em idade escolar, por exemplo, não quer ficar preso a uma realidade em que o seus avós, pai e mãe permanecem: muitas vezes analfabeto, utilizando os mesmos meios de produção agrícola de 50 anos atrás, enquanto na cidade a modernização da indústria, do comércio e tantas situações inovadoras ocorrem e lhes atraindo. Na caracterização urbana atual, tanto a industrialização como os fatores que surgem no campo para a repulsa de quem vive lá, podem gerar a saída da população rural para as zonas urbanas. Mesmo que isto venha ocasionar outros problemas futuros para a cidade e as relações da sociedade (MOTA, 2011).

2.2.1.1 Industrialização

A industrialização das áreas urbanas foi, e ainda é, um dos fatores preponderantes para que a população rural saia do seu lugar de origem e se instale na zona urbana, em busca de emprego, uma vez que, o trabalho no espaço rural, como já visto, tradicionalmente tende a se

concentrar nos processos agropecuários. Uma realidade que não é viável para o pequeno agricultor, que apesar dos avanços tecnológicos na agricultura, não teve o privilégio de se modernizar, quando nas décadas de 1980 até a década de 1990, por exemplo, o país viveu essa realidade (FERRÃO, 2000).

Mota (2011) afirma que os avanços tecnológicos, a modernidade na agricultura, a globalização midiática e outros processos nas áreas da informática e da informação acarretaram muitos impactos que são bastante perceptíveis no ambiente rural. Segundo esse autor, até o início da década de 90, as famílias que viviam nos espaços rurais eram isoladas, quando se trata de informação, comunicação e mídia. Viviam muitas limitações, principalmente geográficas, infraestruturais e financeiras. A expansão das indústrias e da tecnologia, em especial quando se ampliaram as instalações de energia elétrica e que os meios de comunicação se tornaram acessíveis à grande maioria dos agricultores, como o rádio e a televisão, o acesso a informação se torna mais fácil.

Conforme afirma Santos (2005), o maior alto populacional urbano ocorreu de 1940 até os anos de 1980, justamente quando a informação ainda não era tão acessível, os pequenos agricultores se sentiam isolados. Foi justamente neste período que ocorreu uma troca de moradias da população e as taxas de urbanização, que em 1940 era de 26,35%, em 1980 alcançou 68,86%. No CENSO 2010 (IBGE, 2011) comparando a população que vive na área rural e na área urbana, as mudanças acentuaram-se contemplando 15,63% da população brasileira morando na área rural e 84,36% em área urbana.

E em agosto de 2012, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) apresentou um relatório de estimativas para a população e urbanização nas cidades latino-americanas. Segundo esse relatório, a taxa de urbanização no Brasil e nos países do Cone Sul chegariam 90% até 2020. O IBGE, depois do ano de 2010 apenas trabalha com estimativas, e com relação a taxas de população urbana, não existe, portanto, informações que confirmem se realmente há correlação entre os dados fornecidos pelo relatório

Nessa transformação de números, a industrialização tem sua participação efetiva, pois, os jovens e adultos que se viam desempregados ou vivendo em situação de insegurança alimentar, acreditaram que era no espaço urbano que estava a solução para os seus problemas. Embora não fosse realmente a atitude mais acertada para muitos deles, uma vez que nem todas as famílias que migraram para os grandes centros urbanos ou mesmo para o espaço urbano dos seus próprios municípios tiveram êxito social (FERRÃO, 2000).

2.2.2 Fatores repulsivos

É possível observar que a industrialização, a modernização da agricultura associada à falta de recurso do pequeno agricultor para se inserir nesse contexto é um dos fatores mais expressivos para que a população rural tenha migrado para os centros urbanos (SANTOS, 1993).

Segundo Schneider e Fialho (2000), a pobreza rural que se instalou com o desenvolvimento do capitalismo e das mudanças no campo foi um dos fatores de repulsa, uma vez que ocasionou a exclusão do agricultor do seu campo de trabalho.

Três desses fatores se acentuam porque atuaram e atuam quando ocorre mudança nos processos econômicos da sociedade: a concentração fundiária, a baixa renda dos trabalhadores na agricultura e a mecanização do campo. Santos (1993), ressalta que no final da década de 1970, grande número de pessoas que viviam em áreas rurais foram obrigadas a deixar a agricultura, tendo que buscar outras alternativas para desempenhar suas atividades, e o motivo foi justamente a impossibilidade de incorporar a tecnologia e de se adequar ao padrão produtivo que passou a vigorar, pois tinham propriedades pequenas, muitas vezes rodeadas de grandes latifúndios.

Schneider e Fialho (2000) citam que a concentração fundiária como um desses fatores, de repulsa se fez porque os agricultores pequenos tinham poucas terras, muitos foram obrigados entregar seus territórios de trabalho e sobrevivência para os grandes, ampliando ainda mais as áreas de terras férteis que já eram concentradas nas mãos de poucos empresários latifundiários. Inserida nessa mesma compressão está a ideia associada aos baixos salários ofertados aos que pretendiam trabalhar com esses latifundiários, a renda muito baixa, não dava para sobreviver. Além do mais, com a mecanização dos processos agrícolas, vários postos de trabalho foram extintos.

Tudo isso impactou a convivência do pequeno agricultor com o seu campo de trabalho, que o obrigou a procurar outros meios, outros espaços para sobreviver.

2.2.3 Políticas planificadoras

Muito se discute sobre o êxodo rural, isto é, sobre a migração da população rural para os centros urbanos. Nessas discussões, quase sempre se fala em conscientização, educação da população para permanecer sem seus locais de origem como forma de evitar que as poucas famílias que ainda residem em espaços rurais não saiam de seus territórios.

Segundo Bernardo et al. (2017), além da conscientização, se faz necessário que essas populações sejam agraciadas com soluções para o que lhes falta: o acesso à modernização tecnológica, a cursos técnicos, a rede elétrica, às diversas tecnologias da informação e comunicação além da simples televisão, capacidade aquisitiva, como também que sejam planejadas as formas mais adequadas dessas populações desenvolverem competências para a inclusão nos meios digitais, que é hoje um dos meios mais concretos para a pesquisa, a leitura, a informação e o conhecimento, podendo reduzir as desigualdades entre zona urbana e rural, no que diz respeito à integração cultural, social e econômica.

Pode-se observar que o caminho mais adequado é a elaboração de políticas que possam equilibrar as situações de desenvolvimento que podem acontecer, tanto no meio rural quanto no meio urbano. Segundo Diniz (2011), além da própria conscientização das pessoas, diversos outros mecanismos podem e devem ser adotados pelas autoridades constituídas no sentido de diminuir as possibilidades de uma população rural sair do seu contexto para o contexto urbano e cita como exemplo o desenvolvimento de agroindústrias visando agregar valores aos produtos agrícolas, garantindo remuneração e geração de renda às famílias rurais.

Essas sugestões permitem que se trabalhe, dentro do contexto rural, a qualidade de vida das pessoas, evitando assim que, as mesmas venham a criar repulsa dos seus lugares de origem e enveredem para a urbanidade, na qual, muitas vezes, essa qualidade de vida não é atingida (BERNARDO et al., 2017).

É indispensável lembrar que quando se trata de política pública, as questões direcionadas ao que é urbano são regulamentadas por leis, decretos e outras normatizações, muito embora às vezes não sejam cumpridas, mas para o equilíbrio na urbanização devem ser observadas e cumpridas. Do contrário, surgem e, às vezes permanecem, os problemas de acesso aos direitos fundamentais, dentre os quais estão a segurança, a saúde, entre outros, o desenvolvimento humano em si (DINIZ, 2011).

Essas políticas estão fundamentadas também no texto da Constituição Federal (1988), quando no Capítulo II é dedicado à política urbana e suas diretrizes, nas quais o aspecto participação da sociedade é um dos mecanismos para os processos de formação das políticas públicas. No art. 23 dispõe que “é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promoverem programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais”. No capítulo da Política Urbana, o art. 182, parágrafo 1º, estabelece: “O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”.

Dessa forma, constata-se que há obrigаторiedades, tanto em nível federal, estadual e municipal a seguir, quando se trata de política urbana.

A partir da sustentação nesses artigos constitucionais, a lei que regulamenta as questões de urbanização dentro de uma política própria para o tema é o Estatuto da Cidade, estabelecido pela Lei n. 10.257, de julho de 2001, marco importante na formatação de uma política urbana participativa e com controle social. Esta lei prevê em seu art. 20, inciso II, que a política urbana deve ser exercida como “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (BRASIL, 2001). Já o capítulo IV, art. 43, prevê que, para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

- I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- II – debates, audiências e consultas públicas;
- III – Conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Observa-se que a participação da população é essencial, uma vez que, além de cumprir o estatuto no que diz respeito ao processo de urbanização, Estado e sociedade devem estar interligados para garantir que a lei seja cumprida, para que a proposição que permeia a lei tenha como resultado a garantia a todos do direito de acesso à cidade, a partir das exigências da vida moderna, como acesso à água, esgoto, eletricidade, transporte educação, lazer, dentre outros direitos do cidadão (TONELLA, 2013).

2.3 QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

O termo qualidade de vida é frequentemente utilizado para descrever as condições atuais da população, considerando os conceitos subjetivos que cada indivíduo tem sobre sua vida, que abrange várias dimensões, como: social, psicológico, ambiental e físico. Nesse sentido, seu conceito é bem mais amplo, do que somente a presença ou ausência de saúde e está relacionada a condições básicas e fundamentais da vida (ROSA, 2014).

Com base nisso, Almeida, Gutierrez e Marques (2012, p. 19), relatam que a terminologia admite várias formas de visão e percepção, considerando uma definição de modo genérico:

Qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural.

A análise relativa à qualidade de vida deve ser fundamentada na visão vinculada aos parâmetros objetivos da questão, que engloba nível de desenvolvimento humano e sustentável, como também a sua gestão, sendo assim, o termo é definida como a soma das condições econômicas, políticas, científico-culturais e ambientais, coletivamente produzida e aplicada à disposição dos indivíduos para que estes possam ter acesso na produção e consumo, aos meios para produzir cultura, arte e ciência, assim como a existência de mecanismos de informação, comunicação e de participação nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure higiene ambiental, água e ar limpos, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos (SANTOS; GALLO, 2018).

A qualidade de vida urbana se relaciona ao bem-estar das pessoas e à sua satisfação com a região que vive e aos problemas do seu processo de desenvolvimento. Essa questão, independente da comunidade inserida, é complexa e múltipla, pois envolve tanto a distribuição dos bens de cidadania, quanto bens coletivos de natureza menos palpável, mas com repercussão sobre o bem-estar social (NAHAS; ESTEVES, 2015).

Nahas e Esteves (2015), enfatizam que a noção de sustentabilidade e do desenvolvimento humano se desenvolveu, trazendo um novo significado na qualidade de vida e seus indicadores, podendo servir ao planejamento como parâmetro do grau de cobertura das necessidades individuais ou de grupos sociais, detectando desigualdades e embasando a elaboração de estratégias para melhorar o bem-estar.

A noção de qualidade de vida é construída a partir da percepção que cada comunidade tem sobre viver com comodidade. A ideia introduz uma valorização de horizontes desejáveis por determinados grupos sociais, com diferentes níveis de exigência e aspirações, mais afeitos à percepção dos indivíduos. Desta forma, o conceito desse termo guarda relação com a satisfação das necessidades humanas e com a capacidade que uma comunidade tenha de desfrutar uma vida média longa e saudável (SANTOS; GALLO, 2018).

Desta forma, para determinar a qualidade de vida de uma região, em toda sua extensão conceitual, não basta evidenciar as condições sociais em que se encontra a população: é

necessário medir as condições físicas e materiais oferecidas nos lugares e considerar as facilidades ou dificuldades para os habitantes (SENA; NEGREIROS; ABIKO, 2017).

2.3.1 Gestão de serviços públicos

O aumento da população é sem dúvida um fator importante para o crescimento urbano, pois acarreta uma série de serviços básicos, indispensáveis para a sobrevivência de qualquer grupo social. A saúde, educação, transporte, segurança e o comércio são exemplos da necessidade de se buscar novos mecanismos para atender toda a demanda por esses serviços (CARLOS, 2011).

Para um bom funcionamento da cidade é fundamental que existam políticas públicas voltadas para garantir serviços essenciais à população. Entre estes um sistema de transporte de qualidade, ruas asfaltadas, coleta de lixo, tratamento de água e esgoto, assim como saúde, educação e segurança (FONTOURA, 2013).

A responsabilidade pela gestão dos resíduos sólidos domiciliares no Brasil é dos municípios. Este é um problema constatado na cidade de Caraúbas-RN, onde o lixo do município é depositado de forma irregular em um lixão a céu aberto, próximo a cidade sem qualquer preocupação social e ambiental. Este problema se agrava, pois próximo ao lixão há criação de animais que comem e bebem da água que pode estar contaminada pelo chorume oriundo do lixão.

De acordo com os dados da última Pesquisa Nacional sobre Saneamento Básico (PNSB), realizado pelo IBGE, em 2000 o Município de Caraúbas-RN possui 46,77% do lixo coletado por serviço de limpeza, 5,84% coletado por caçamba de limpeza, 18,7% queimado, 2,63% enterrado, 15,31% jogado em terreno baldio, 6,02% jogado em rios e 10,7% possuem outros destinos.

São investimentos realizados pelo poder público com o intuito de melhorar a vida da população, nos transportes, por exemplo: com pavimentação de ruas e avenidas facilitando com isso o acesso de veículos, pessoas, e mercadorias nas diferentes áreas da cidade.

No espaço em geral, há diferentes contextos organizados dentro de um mesmo espaço geográfico, os quais dependem de ações de produção e organização social. É possível observar que, numa cidade há diferentes usos dos recursos terrestres, incluindo-se o uso da própria terra. Ali estão definidas áreas que determinam o centro, as atividades comerciais, os serviços de gestão, as áreas industriais, os bairros que aglomeram as residências, formando um conjunto complexo que o entendemos como organização espacial (CORRÊA, 1989).

A organização e a produção do espaço urbano ou rural ocorrem segundo as compreensões e intenções dos sujeitos que estão inseridos dentro do espaço geográfico e que se constituem no espaço social. Sendo estes que produzem e organizam os espaços, dentro de um espaço produzido estão aspectos subjetivos e objetivos destes sujeitos que o compõem. Por isso, quando se trata de definir produção e organização espacial não se pode desconsiderar os sujeitos sociais, ou seja, aqueles que são os responsáveis pela definição e determinação de aspectos que estão intimamente ligados ao aspecto social (CORREA, 1989).

Sendo assim, a produção espacial neste sentido é definida e analisada na perspectiva de Marx (2011) e Lefebvre (2006), como algo que possibilita a reconstrução da dinâmica do conhecimento geográfico. Nisto, estão imersos “os conteúdos mais profundos da realidade social em direção à descoberta dos sujeitos e suas obras” (CARLOS, 2011. P. 70). Nessas compreensões também estão imersas as ideias de que são as ações de gestão dos serviços públicos que podem contribuir para viabilizar formas de organização da sociedade em seus contextos.

É necessário, portanto, que haja gestão eficaz e eficiente para organizar o espaço urbano, por exemplo, a incorporação de novas áreas e isso também inclui a ocorrência de fenômenos que vão diretamente atingir os espaços geográfico e social. Isto porque, pode ocorrer danificação do solo, deterioração de certas estruturas, relocação diferenciada da infraestrutura e outros aspectos que no final podem ser vistos como impactos ambientais mediante os aspectos geográficos naturais (CORRÊA, 1989).

A gestão dos serviços públicos é um dos agentes mais importantes para a produção do espaço, porém, essa produção ocorre pela ação da sociedade, incluindo-se o Estado em sua dominação política e por aqueles que detêm o poder do capital. A sociedade pode participar, mas, é o Estado e os detentores do poder público que são os gerenciadores desses serviços. São, portanto, responsáveis pelos incentivos no mercado de trabalho, no processo industrial, comercial e nas articulações ocorridas com os setores da economia. Toda essa prática inclui a presença da vida humana e seus atos cotidianos, os sujeitos sociais, por isso envolve o espaço em seu contexto também social (CARLOS, 2011).

Observa-se pelas incursões de Corrêa (1989), Carlos (2011) e Souza (2013) que todo espaço geográfico, seja ele urbano ou rural, há sempre um espaço social a ser gerenciado. E como se trata de gestão dos serviços públicos subentende-se que sejam os poderes públicos, através da ação do Estado, os responsáveis por estes serviços. Corrêa (1989), ao apresentar o Estado como responsável pela gestão dos serviços que realizam a produção do espaço urbano, diz que este agente atua de forma complexa e variável, uma vez que, inclui em seu contexto de

atuação as atividades e interesses dos diversos outros agentes, tanto que é preciso compreender de forma mais profunda como se dá essa atuação.

No que concerne ao seu papel enquanto agente capitalista, em especial no contexto brasileiro, ele atua como um grande industrial, como consumidor, proprietário fundiário e promotor imobiliário, além de assumir a posição de regulador do uso do solo. Vale ainda ressaltar que o Estado nesta função de agente produtor acaba sendo também o alvo dos movimentos sociais urbanos (CORRÊA, 1989).

Um exemplo apresentado pelo autor supracitado é quando uma implantação de uma refinaria de petróleo, uma fábrica ou qualquer outro implemento industrial, mas estes diretamente ou indiretamente vêm a interferir no uso da terra nas proximidades. Logo, podem se levantar movimentos contrários. No entanto, é inegável que a atuação do Estado no que concerne à organização do espaço, seja ele urbano ou rural, se dá através da implantação de serviços públicos, através dos quais podem ser construídos prédios, melhoramentos e organizações e diversos serviços que fazem funcionar a vida social com o auxílio dos bens públicos nas mais diversas áreas: saúde, educação, segurança, desenvolvimento humano, saneamento, entre.

Em suma, a gestão dos serviços públicos atribuída ao Estado e demais agentes que estão ligados, como é o caso dos entes federados, as unidades da federação e os municípios, são os responsáveis por esse gerenciamento e pela garantia de tais serviços, estando eles pautados na legislação nacional, em especial na Constituição Federal de 1988.

Para tanto, o cumprimento às normas constitucionais inclui a responsabilidade de cada município elaborar o seu plano de desenvolvimento urbano, que se trata de um conjunto de ferramentas diagnósticas para a percepção da realidade, permitindo assim avaliar os caminhos para a construção de programas, nos mais diversos setores, visando aprimorar os aspectos que se relacionam com a qualidade de vida, tanto da população que já ocupa o espaço urbano como também da que futuramente vier a ocupar (FONTOURA, 2013). Dentre os aspectos contemplados estão os que se apresentam a seguir.

2.3.1.1 Saúde

O aumento populacional pode acarretar, não somente na zona urbana, mas, também na zona rural, uma demanda maior de serviços públicos na área de saúde. Neste caso, trata-se de um direito fundamental assegurado na Constituição Federal (1988) e que deve ser garantido

pelo poder público, através do gerenciamento aplicado por meio do Sistema Único de Saúde. Quando acontece o aumento da população em uma determinada área.

Para se alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos neles aplicados, além de fornecer aos formuladores de políticas sociais e aos gestores de programas dados importantes para o desempenho de políticas mais consistentes e para a gestão pública mais eficaz (COSTA e CASTANHAR, 2003, p. 971).

A saúde pública funciona por meio de programas de atenção primária, sendo importante a atuação de três entes federados: o Ministério da Saúde, as secretarias estaduais de saúde e as secretarias municipais de saúde. Vale ressaltar que os recursos destinados à saúde pública são provenientes da arrecadação de impostos dos mais diversos contribuintes, pois, a Lei 8080/90, conhecida como Lei do SUS, garante a implantação de unidades básicas de saúde (UBS) por território usado, o que inclui a garantia dos serviços básicos de saúde nos espaços urbanos por contingente populacional.

Segundo Farias (2013), cumprir as determinações do SUS implica, em termos de planejamento para o processo de urbanização, não de criar territórios para garantir os serviços, mas, de adaptar esses serviços aos territórios, os quais permitem atender às populações que estão fixadas no espaço urbanizado, a fim de assegurar também a qualidade de vida da população. Significa dizer que, o processo de urbanização, para se concretizar, necessita estar pautado em um planejamento voltado para a atenção básica em saúde, garantindo ao território habitado as ações primárias de saúde pública.

2.3.1.2 Saneamento

O saneamento básico também é uma garantia instituída pela legislação brasileira e se materializa através de dispositivos que incorporam o entendimento de que, um ambiente preservado também pode promover saúde e qualidade de vida. A primeira legislação que pauta ações referentes ao saneamento é a que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), através da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 que

[...] tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; [...] (BRASIL, 1981, Art. 1º).

As ações da Plano Nacional de Meio Ambiente (PNMA) se destacam pela preocupação, não somente com o aspecto estrutural e ecológico dos espaços geográficos, mas também com a garantia de que os ambientes possam permanecer oferecendo aos usuários coletivos, uma vez que é patrimônio público, um uso equilibrado, a fim de minimizar os impactos que venham a devastar, destruir ou desequilibrar as relações entre o ser humano e a natureza.

É sob essa ótica que se institui também a política federal de saneamento básico, através da Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007. A lei institui, em termos de serviço público de saneamento para a população que:

Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso a conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente (BRASIL, 2007, art. 2º, Incisos I, II, III).

Observa-se que, legalmente, os serviços de saneamento básico devem ser assegurados à população nos territórios ocupados, o que significa que, nos espaços urbanos é uma obrigação dos entes políticos federados garantirem esse serviço, a fim de atender aspectos que estão ligados à preservação ambiental e consequentemente à saúde e a qualidade de vida da população.

2.3.1.3 Educação

A educação, assim como a saúde é um dos direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal (1988). Desta forma, é possível se considerar que em territórios em processo de urbanização, um dos aspectos a se elencar como de responsabilidade dos poderes públicos é a disponibilidade de escolas para a população que ocupa esses espaços.

A Lei que direciona a normatização da educação no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, logo no seu art. 2º já apresenta quem são os responsáveis por esse fenômeno que abrange os processos de formação humana. Além de ser um dever da família é também dever do Estado, incluindo nisto a disponibilidade de estrutura adequada para este fim. É no art. 8º que estão definidos entes federados responsáveis pela

disponibilidade de escolas, professores e demais estruturas básicas para o funcionamento da educação, sendo assim, “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996, art. 8º).

Como neste trabalho, o interesse é o processo de urbanização de um dado município, cabe ressaltar qual é a responsabilidade deste para com a educação. Neste sentido, cabe ao município “organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados” (BRASIL, 1996, art. 11).

Vale ainda ressaltar que, a LDB 9.394/96, também distribui as responsabilidades quanto aos níveis de ensino, que para o município trata-se do Ensino Infantil e Ensino Fundamental. Já o Estado é responsável por disponibilizar o nível de Ensino Médio, assim como o Governo Federal, através de institutos pode oferecer este nível de ensino, além da educação superior.

2.3.1.4 Segurança

A segurança daqueles que ocupam o espaço urbano ou qualquer outro espaço geográfico também é um dos direitos fundamentais do cidadão que constam na Carta Magna, mais específica no *caput* do art. 144, em que diz: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]” (BRASIL, 1988, art. 144).

Segundo Silva Júnior e Rangel (2017), o termo “segurança pública”, além de se inserir no contexto dos direitos e garantias fundamentais ao cidadão, nessa lógica, tem o significado de incumbir a uma responsabilidade estatal como forma de, ao mesmo tempo garantir a convivência social, pacificando e trazendo a ordem aos espaços e ambientes nos quais a sociedade se relaciona. Vê-se que, mesmo sendo responsabilidade estatal, há também a responsabilidade das pessoas em zelar pela própria segurança.

Em um sentido mais restrito a segurança pública nas relações, entende-se que a responsabilidade do Estado e dos entes a ele ligados, que são os poderes públicos responsáveis pela cidade, é compreendido como a forma de garantir a estrutura física e humana necessária para coibir a violação dos direitos à liberdade e à dignidade, que também são elementos fundamentais de direito na Constituição Federal (1988).

Em uma compreensão mais ampla, o termo segurança, quando voltado para os ambientes urbanos, também implica outros fenômenos que se ligam ao processo de desenvolvimento das pessoas, como é o caso do direito à moradia digna, a alimentação, ao lazer

e a outros elementos que fazem parte da possibilidade de viver melhor a urbanidade. Dessa forma, é preciso entender a dinamicidade que pode surgir dentro do espaço urbano de uma cidade, uma vez que,

[...] cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem. (SHECAIRA, 2004, p. 151).

Segundo Schecaira (2004), é justamente por isso, todo e qualquer ambiente urbano, antes de ser construído na sua parte física, necessita ser pensado para atender aos aspectos subjetivos dos seus usuários enquanto ocupantes de um território formado por pessoas que necessitam de saúde, educação saneamento, segurança, mas, sobretudo, são diferentes em suas subjetividades.

2.3.2 Desenvolvimento humano

Conforme Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2011), é impossível pensar um ambiente aonde pessoas, nascem, vivem, se relacionam, crescem e ascendem socialmente passem por esses processos, em pleno século XXI sem ter um sistema de saúde que lhe atenda, uma educação de qualidade, segurança e um local sem lixo e saneado.

As questões referentes ao desenvolvimento humano são importantes para a materialização de um conjunto de ações que não se restringem apenas à saúde, educação segurança. Quando se fala no sentido de desenvolver o indivíduo, é preciso pensar que ao se ampliar o processo de urbanização, a organização dos espaços sociais sofre uma ampliação das demandas no que concerne aos serviços públicos. Um ambiente mais urbanizado requer maior atenção porque “a vida em sociedade permite ao ser humano maior interação com outros indivíduos e o acesso mais fácil a bens e serviços necessários à satisfação das necessidades. Isso, por sua vez, tende a se refletir no bem-estar e qualidade de vida das pessoas” (ÁZARO JÚNIOR; MOURÃO, 2016, p. 11).

Essa qualidade de vida, que já foi tão bem comentada em partes anteriores desse texto, se reflete nos mais diversos aspectos: na saúde, na educação, mas, também, nos pressupostos que indicam um ambiente urbano no qual os processos de trabalho do cidadão sejam possíveis para que estes tenham a garantia da segurança alimentar, o lazer, a tranquilidade do bem-viver. Nos ambientes urbanos, boa convivência em sociedade “permite que os seres humanos possam

se beneficiar da divisão do trabalho e alcançar um padrão de vida superior em relação ao da vida em isolamento” (ÁZARO JÚNIOR; MOURÃO, 2016, p. 12).

A qualidade de vida é mensurada a partir do cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Trata-se de indicador criado em 1990 e que tem como objetivo mostrar o grau de desenvolvimento de determinada região combinando três indicadores: renda per capita, longevidade e escolaridade (ÁZARO JÚNIOR; MOURÃO, 2016).

Segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2011, p. 67), a partir desse índice (que vai de 0 a 1) foi construído um ranking classificando as regiões em IDH alto (acima de 0,8), médio (entre 0,5 e 0,8) e de baixo desenvolvimento (abaixo de 0,5). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) segue esse mesmo critério. A partir da mensuração do IDH de um determinado espaço ou território é que se tem as respostas mais positivas para saber se ali há desenvolvimento humano. Um ambiente urbano adequado com todos os serviços disponíveis pode atingir os números ideais de desenvolvimento humano.

Porém, para que isso ocorra é necessário que, além de dispor dos serviços públicos básicos e fundamentais garantidos pela lei, os moradores de um determinado território ou região tenham ao seu dispor as possibilidades de trabalho e lazer, além de espaços para a convivência coletiva dos quais se trata a seguir.

2.3.2.1 Áreas de convívio coletivo

As áreas de convívio coletivo compreendem aqueles espaços denominados de praças ou de áreas verdes, nas quais a presença de vegetação torna o ambiente para passeios, caminhadas, conversas coletivas. A maioria apresenta conforto térmico aos seus usuários, quando não há falha no cuidado e conservação dessas áreas (SILVEIRA; ESPINDULA, 2019). Ter qualidade de vida em um espaço urbano implica também dispor dessas atividades que são necessárias ao desenvolvimento humano. Isso é possível porque

As áreas verdes urbanas são espaços com predomínio de vegetação, como jardins públicos, parques, praças, largos, entre outros. Essas áreas são classificadas como fatores importantes na avaliação da qualidade ambiental em zonas urbanas. As praças são uns dos espaços urbanos destinados para convívio e sociabilização e são de grande importância para o aumento da qualidade de vida e bem-estar da sociedade (SILVEIRA; ESPINDULA, 2019, p. 1).

Segundo Lay e Reis (2005), quando esses espaços são bem projetados têm importância singular para a oferta de mais qualidade de vida aos moradores, pode promover permeabilidade,

ao mesmo tempo em que evita ocupações informais, o uso pode ser para o lazer, recreação, mas também para as conversas coletivas, as reuniões de convivência das pessoas que ali residem.

Ao considerar que as áreas de convivência coletiva são importantes fatores para o aumento da qualidade de vida e do bem-estar social, pressupõe-se que um espaço urbano que não contenha esse tipo de espaço não consegue oferecer a qualidade de vida adequada para que as pessoas possam melhorar o IDH (SILVEIRA; ESPINDULA, 2019).

2.3.2.2 Distribuição econômica

À medida que a cidade cresce por meio de seu processo de urbanização, é preciso observar que as demandas para os serviços públicos se ampliam. Nesse sentido, o mais adequado é que ao mesmo ritmo que a cidade cresce, também se amplie a distribuição da renda, uma vez que, somente a ampliação urbana não significa que a cidade se desenvolveu (RIBBECK, 2005).

Rolnik e Klink (2011, p. 90), analisam que a “disponibilidade de subsídios públicos ao crédito para a produção habitacional, associada ao crescimento da economia, têm provocado um dos maiores ciclos de crescimento do setor imobiliário nas cidades já vividos no país”. Mas, isso tem provocado também grandes desafios às cidades, pois, ao mesmo tempo crescem as demandas para o serviço público, porque é preciso garantir a melhoria das condições de urbanização, ou seja, é preciso sustentar o espaço urbano criado, do ponto de vista territorial.

Sem uma distribuição econômica igualitária não há como garantir isso. É preciso ter base econômica e financeira e política de gestão. As disparidades sociais que podem surgir mediante a expansão desequilibrada do espaço urbano, ao invés de promover desenvolvimento, cria problemas sociais (ROLNIK; KLINK, 2011).

Em síntese, produzir o crescimento dos espaços urbanos não significa que a cidade esteja crescendo e se desenvolvendo. O crescimento urbano tem que ser acompanhado de uma distribuição de renda que permita também o desenvolvimento humano dos habitantes do território.

Segundo Ribbeck (2005), quando o espaço habitado, seja o país, o estado ou a cidade, apresenta disparidades muito profundas em termos econômicos entre ricos e pobres, a segregação social é um risco de ocorrência, tanto nos espaços urbanos quanto nos rurais. São fatores que influenciam no consumo de bens e produtos, o que vai também influenciar na arrecadação pública. Dessa forma, a distribuição desequilibrada da renda dos ocupantes do

espaço urbano é um dos fatores que podem determinar também as relações de convivência neste espaço, podendo refletir em melhorias ou problemas vivenciados pela população.

2.3.2.3 Ações públicas coletivas

As ações públicas coletivas, também conhecidas como ações populares, são consideradas objetos privilegiados e têm finalidade de verificar caminhos de afirmação, seja a nível de país, estados ou municípios. Trata-se de um novo cenário criado pensado para a democratização brasileira a partir da Constituição Federal de 1988 (VIANNA; BURGOS, 2005).

Essas ações implicam no entendimento de que para viver a democracia é preciso considerar a participação popular dentro dos espaços de convivência social, uma vez que “cada sociedade produz seu espaço expressando sua função social, determinando os ritmos da vida, os modos de apropriação, seus projetos e desejos” (VITTE, 2009, p.96).

Nesse sentido, as ações públicas coletivas, a partir da Constituição Federal de 1988, passa a funcionar como instrumentos utilizados pela sociedade para que os seus direitos, dentro de um determinado espaço sejam, não somente garantidos, mas também assegurados e materializados dentro do espaço ocupado (VIANNA; BURGOS, 2005).

As ações coletivas atuam no sentido de promover as funções sociais da cidade, seja por meio da atenção ao meio ambiente, à sustentabilidade e a conexão das redes sociais formadas num dado espaço. Buscam observar e atuar de forma que a cidade cumpra com a função de proporcionar um desenvolvimento equilibrado, garantindo o bem-estar da população (ROSA, 2014).

Segundo Vianna e Burgos (2005), no processo de urbanização, essas ações coletivas são de grande importância para a observação sobre o ambiente, a qualidade de vida, a efetivação dos serviços públicos dentro do âmbito dos direitos assegurados pela legislação. Em um ambiente urbano é necessário que a própria sociedade atue junto aos poderes públicos para que os espaços geográficos se tornem produtores de melhor qualidade de vida.

2.3.3 Desenvolvimento sustentável

Quando se fala de espaço urbano e desenvolvimento, é preciso compreender que nessa discussão se inclui o ambiente ou território ocupado por grupos sociais diversos que se inserem em uma comunidade. Desta forma, entender o desenvolvimento sustentável desta comunidade

significa conceber a necessidade de preservar bens e recursos naturais, de forma a garantir o sustento, não somente das populações atuais, mas, também das futuras. Segundo Furtado (2003, p. 6), essa sustentabilidade “é proporcionada por: valores, cooperação para fruição de bens comuns, oportunidades para comunicação, aprendizagem, confiança e respeito interpessoal e interinstitucional”.

Entende-se que, é preciso adotar valores distintos dos que foram propagados por toda a filosofia do uso demasiado e sem controle dos recursos naturais. Segundo Machado (2000), quando fala em urbanização e sustentabilidade, assumir o termo desenvolvimento sustentável na atualidade é

adotar como premissa básica a inexorabilidade do desenvolvimento capitalista global e dos seus efeitos mais aparentes, tais como: poluição transfronteiriça do ar, solo e água; aumento da degradação das condições de vida de enormes contingentes populacionais; a dicotomia pobreza e riqueza, norte/sul; a perda da biodiversidade mundial e suas potencialidades para o avanço das ciências; a desertificação crescente; a escassez de água; os efeitos do uso indiscriminado das fontes não-renováveis de energia etc. (MACHADO, 2000, p. 84).

Trata-se, portanto, de mudar comportamentos, adotar meios que permitam ao mesmo tempo se beneficiar da natureza sem agredi-la, e ainda, usar os seus recursos de forma equilibrada, pensando que no futuro outros indivíduos vão precisar desses recursos.

Segundo Machado (2000), nesse sentido, não somente a vida é sustentável, mas, tanto a qualidade de vida dos moradores como também os cenários visibilizados são aspectos que revelam, entre outros indicadores, tanto as condições educacionais, sociais como ambientais do lugar. É preciso, portanto, que haja, tanto pelo poder público quanto pela própria população que ocupa o dado território, um comportamento voltado para o desenvolvimento sustentável, o que pode ser feito através da preservação de áreas verdes e ações de sustentabilidade.

2.3.3.1 Preservação de áreas verdes

Espaços urbanos, quando não arborizados ou quando há árvores, mas não são preservadas, podem gerar transtornos, tornam-se depreciativos e perdem o seu papel enquanto espaço de convivência social. A má conservação, na maioria das vezes, gera a restrição de uso, seja de parques ou praças (SILVEIRA; ESPINDULA, 2019).

Sendo assim, a preservação dessas áreas, inserida no contexto de desenvolvimento sustentável é de suma importância dentro do espaço urbano. Além dos serviços públicos de limpeza, é necessário que os próprios moradores sejam conscientes de sua preservação. Geralmente, em cidades de pequeno porte, é muito comum que essas áreas sejam utilizadas

como espaço de lazer. Mas, segundo Silveira e Espindula (2019), no contexto atual, a falta de infraestrutura para a preservação associada à valorização do automóvel, têm tornado esses locais inseguros.

Para um processo de urbanização voltado para a melhoria da qualidade de vida, é preciso que essas áreas verdes se apresentem como alternativa de espaço de convivência, sendo, portanto, viável preservá-las. Furtado (2003), enfatiza que, a partir de uma consciência de desenvolvimento sustentável, as áreas verdes se tornam elementos indispensáveis para a construção de um cenário adequado à melhoria da qualidade de vida.

2.3.3.2 Ações de sustentabilidade

No contexto atual, é inegável a busca por ambientes urbanos sustentáveis, justamente pela observação de que, não pensar a sustentabilidade em épocas passadas ocasionou um fenômeno denominado de ‘crise urbana’. Hoje, já é possível pensar, com base no conceito de desenvolvimento sustentável, o modelo de ‘cidade sustentável’. Modelo este tendo surgido no âmbito dos organismos internacionais. Ao trazê-lo para a esfera local, observa-se a possibilidade de melhor utilizar os recursos a fim de atender as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras (ACSELRAD, 2001, p. 105).

No entanto, para isso, é necessário que haja planejamento sólido entre comunidade e poder público, a fim de que se realizem as ações de sustentabilidade, que competem, não somente ao poder público instituído, seja em escala federal, estadual ou municipal, mas, também aos próprios moradores que formam a comunidade. Como já foi possível observar, as ações públicas coletivas se constituem em formas de participação comunitária que podem colaborar com a melhoria da qualidade de vida (FURTADO, 2003).

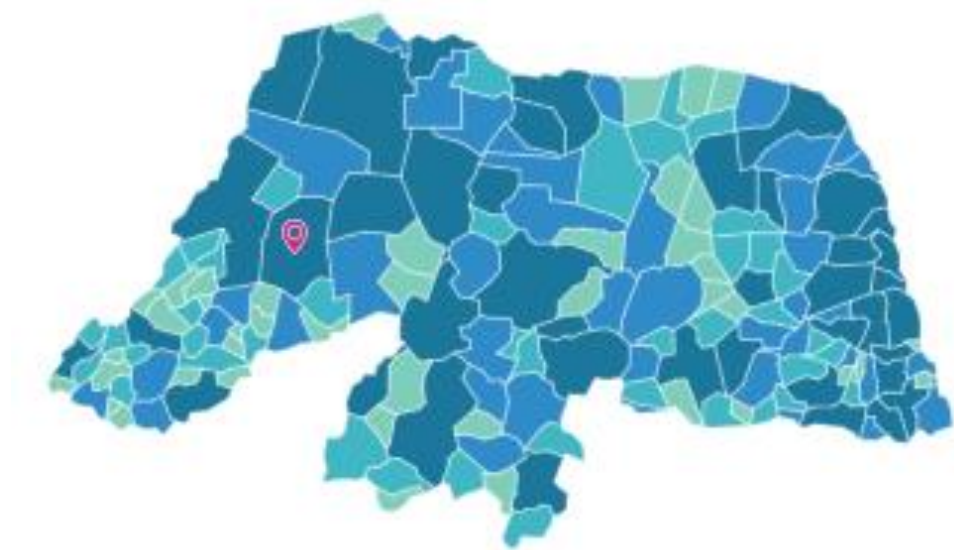
Para atender de forma adequada ao conceito de sustentabilidade ambiental nos espaços urbanos é necessário compreender a necessidade de desenvolver ações de sustentabilidade. Segundo Loureiro e Gregori (2012), considerando a forma como se deu o processo de urbanização no Brasil, em que a maioria das cidades, historicamente, foram construídas e urbanizadas sem levar em conta o desenvolvimento sustentável, é preciso pensar, primeiramente nas formas de revitalização sustentável, o que seria: diminuir a poluição, a devastação de áreas verdes, o acúmulo de lixo, reeducação para o uso dos bens e recursos naturais como a água, o solo, a vegetação; enfim, primeiramente equilibrar o que foi desequilibrado, para depois pensar em planejar ações mais abrangentes de sustentabilidade.

Exemplos de ações que buscam o equilíbrio podem ser: coleta seletiva, replantio de árvores nativas, esgotamento sanitário, entre outras. Emende-se assim, que um ambiente urbano no qual sejam desenvolvidas ações de sustentabilidade, é pautado no equilíbrio entre uso dos recursos naturais e preservação ambiental, sendo necessária a atuação da comunidade e dos poderes constituídos.

2.4 A HISTÓRIA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO E URBANIZAÇÃO DE CARAÚBAS/ RN

A cidade de Caraúbas, está situada na microrregião da Chapada do Apodi e mesorregião do Oeste Potiguar, no estado do Rio Grande do Norte, distância de 296 km da capital do estado, Natal. Sua extensão territorial é de 1.095 km² e de acordo com o IBGE (2021), população estimada de 20.541 habitantes para o ano de 2020. Na Figura 1, pode-se observar a localização do município do referido município.

Figura 1 – Localização do município de Caraúbas/ RN.



Fonte: IBGE (2021).

Segundo Beltrão et al. (2005), o território caraubense se limita com os municípios de Felipe Guerra e Apodi (Oeste) Governador Dix-Sept Rosado e Upanema (Norte) Janduís, Patu, Olho D' Água dos Borges (Sul), Campo Grande (Leste). A sede do município tem uma altitude média de 144 m e coordenadas 05°47'34,8" de latitude sul e 37°33'25,2" de longitude oeste, distando da capital cerca de 302 km, sendo seu acesso, a partir de Natal, efetuado através das rodovias pavimentadas BR-304 e RN-233.

O município de Caraúbas foi criado pela Lei nº 601, de 05/03/1868, tendo sido desmembrado de Apodi. A rede de saúde dispõe de 02 Hospitais, 01 Policlínica, 01 Centro de Saúde, 08 Postos de Saúde e 52 leitos. Na área educacional, o município possui 68 estabelecimentos de ensino, sendo 22 estaduais, 45 municipais e 01 particular. No ano de 2005, a cidade possuía 4.723 domicílios permanentes, sendo 3.205 na zona urbana e 1.518 na zona rural, dos quais, apenas 73 estavam ligados à rede de esgotamento sanitário e 2.850 não eram abastecidos pela rede geral de água (BELTRÃO et al., 2005, p. 3).

Observa-se que, sendo uma cidade com maior ocupação da área urbana, a área rural torna-se bem menor, porém com algumas comunidades distritais, como é o caso dos Distritos de São Geraldo e Apanha Peixe, situados às margens da RN 233, sentido Apodi. Ao analisar o mapa da Figura 2, em seguida, contempla-se os limites da área urbana de Caraúbas.

Figura 2 – Limites da área urbana de Caraúbas.



Fonte: Adaptado do Google Maps (2021).

O mapa disposto acima permite interpretar que a zona urbana se limita ao Norte e Sul com a RN 117, ao Leste e ao Oeste com a RN 233, além de algumas comunidades rurais que se localizam às margens dessas rodovias. Pode-se observar ao Norte o Canto do Feijão, e ao Leste a Baixa do Correio. Na Figura 3, o mapa da área urbanizada demonstra de forma mais clara esses limites.

Figura 3 – Zona urbana de Caraúbas/ RN.



Fonte: Google Maps (2021).

O censo do IBGE (2010) registrou que naquele ano, 13.704 pessoas residiam na zona urbana, enquanto 5.872 viviam na zona rural. Significa que mais pessoas vivem na área urbana do município. E embora não se tenha dados da situação atual, acredita-se que essa ocupação urbana tenha se ampliado historicamente com as diversas atividades que foram se inserindo aos poucos, de forma dinâmica, na cidade.

Segundo Fernandes (2015), o processo de urbanização da “Terra das Carabeiras”, condição que inspirou o nome da cidade “Caraúbas”, se deu a partir do povoamento provocado pela instalação da agropecuária e foi isto que causou a integração territorial entre o sertão e o litoral e contribuiu efetivamente para a ocupação das áreas mais interiores do Nordeste, fazendo surgir algumas cidades no RN. Assim, a pecuária exerceu um papel importante na ocupação e povoamento do sertão e de outras regiões.

Em Caraúbas, especificamente, outras atividades foram importantes para esse processo. Mas, segundo o autor supracitado, somente ocorreu a partir de 1929, quando foi construída a estrada de ferro da Rede Ferroviária do Nordeste, antiga Estrada de Ferro Mossoró – Sousa no Estado da Paraíba, que possuía um percurso de 55 km dentro do município. Uma estação ficava na zona urbana da cidade e mais duas estações na zona rural e isso favoreceu um surto no

comércio caraubense, por causa dos produtos que eram trazidos pelo trem, ocasionando a abertura de novos mercados. Outras atividades também surgiram como a industrialização da castanha de caju e o setor terciário, por exemplo.

Da década de 1970 até o ano de 2010, quando se tem registros oficiais do IBGE, a população de Caraúbas somente passou por uma dinâmica crescente do contingente populacional. Como demonstra os dados da Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução populacional de Caraúbas 1970-2010.

ANOS	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO TOTAL	TAXA DE URBANIZAÇÃO
1970	4.554	10.991	15.545	29,3%
1980	7.435	11.358	18.793	39,6%
1991	10.676	9.572	20.248	52,7%
2000	12.304	6.506	18.810	65,4%
2010	13.704	5.872	19.576	70,0%

Fonte: IBGE. Dados demográficos de censos: 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

As informações da Tabela 1 revelam que somente entre os anos de 1991, no que diz respeito à população rural, houve uma diminuição, o que é explicado por Fernandes (2015) como sendo pelo fato de uma revisão do IBGE ao constatar que a comunidade de Mirandas é pertencente ao município de Upanema e não de Caraúbas.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

Segundo Gil (2008), toda pesquisa é uma prática investigativa, um trabalho de descoberta e criação. Nesse processo, há uma abertura para o pensado e o vivido no cotidiano.

Trata-se de um estudo de caso do tipo descritivo e abordagem quali-quantitativa, método de pesquisa que utiliza, geralmente, dados coletados a partir de eventos reais, com o objetivo de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto (FONTELLES, 2009).

A pesquisa descritiva visa caracterizar populações e/ou fenômenos por meio da descrição de suas características, tais como incidência, prevalência, fisiopatologia, manifestações, aspectos relacionados a um contexto (LAKATOS; MARCONI, 2007).

Logo, a abordagem quali-quantitativa é aquela que, além de descrever aspectos da qualidade do contexto, no caso desse estudo, da qualidade de vida, também se preocupa em quantificar os dados e os expõe de forma estatística, apresentando índices estimativos (GIL, 2008).

E para fundamentar a análise dos dados obtidos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, para tratar de aspectos teóricos sobre questões relacionadas com o processo de urbanização. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2002), se define pela busca de materiais já elaborados e publicados, os quais se constituem de livros, artigos científicos, dentre outros materiais físicos e eletrônicos.

3.2 LOCAL DE ESTUDO

O presente trabalho foi desenvolvido na área urbana do município de Caraúbas, Rio Grande do Norte. Geograficamente, com área de 1.095 km² e de acordo com o IBGE (2021) e com população estimada de 20.541 habitantes para o ano de 2020. A densidade 18,89 hab./km². É um lugar de clima quente e semiárido, com máxima de 32°C.

O local do estudo se constitui de uma parte da área urbana do município de Caraúbas, que antes da sua criação, em 05 de março de 1868, era uma fazenda de gado, inserida nos limites territoriais do município de Apodi e conhecida como Várzea das Caraúbas, pois, fica situada à margem direita do afluente do Rio Apodi. Foi a construção da Igreja, que, mais tarde, instituiu a paróquia de São Sebastião, dentro da antiga fazenda, o que resultou no crescimento da

população em suas proximidades. Formou-se o povoado que, posteriormente, evoluiu para cidade (PREFEITURA DE CARAÚBAS, 2021).

Inicialmente, foi criado um distrito com a denominação de Caraúbas, pela Lei Provincial nº 408, de 01-09-1858, que era subordinado ao município de Apodi. Este foi elevado à categoria de vila com a mesma denominação pela Lei Provincial nº 601, de 05-03-1868, desmembrado de Apodi e foi elevada à condição de cidade com a denominação de Caraúbas, pela Lei Estadual nº 372, de 30 de novembro de 1914 (IBGE, 2021).

A pesquisa será realizada em quatro bairros da zona urbana do município da cidade, sendo eles: Alto de São Severino, Leandro Bezerra, Sebastião Maltêz e o Centro.

3.3 MÉTODO DE AVALIAÇÃO

3.3.1 Levantamento de Subsídios

Os levantamentos de subsídios para a realização da pesquisa tiveram início com o estudo bibliográfico, pelo qual se reuniu material teórico, bem como busca de dados na Prefeitura Municipal de Caraúbas, momento este que possibilitou filtrar aspectos locais específicos que são requeridos quando se intenciona estudar os processos espaciais de um lugar. Foram também aplicados questionários semiestruturados pela autora, com 200 pessoas residentes nos quatro bairros de Caraúbas, incluindo questões sobre: o abastecimento de água, coleta de lixo, rede de esgoto e o crescimento inadequado da cidade, relacionado ao desenvolvimento humano e sustentável das pessoas. Esses levantamentos foram importantes para o registro em gráficos dos aspectos abordados no estudo, a fim de alcançar os objetivos propostos.

Aplicou-se um questionário (Apêndice A) socioeconômico e de qualidade de vida com moradores dos respectivos bairros selecionados para a análise.

É importante ressaltar que, dado o atual momento que vivemos, devido a pandemia da COVID-19, todas as atividades desenvolvidas de forma presencial seguiram as indicações de segurança da OMS.

3.3.2 Ferramentas utilizadas

Foi utilizada a plataforma do Google formulários para criar os questionários que foram aplicados de forma eletrônica, os quais foram dispostos por e-mail e em grupos de WhatsApp. Foram aplicados também formulários, aplicados pessoalmente, porém, como estamos em

tempos de pandemia, obedecendo aos protocolos do isolamento social: distanciamento de 1:50m e uso de máscara por pesquisadora e por entrevistado. Este formulário foi aplicado com a finalidade de obter informações, também, da população mais idosa e que não tem acesso a internet ou não sabe manusear tal ferramenta.

No que consta da tabulação dos dados, foi utilizada a ferramenta Excel, do *Microsoft Office*, para obter os gráficos das amostras.

3.3.3 Análises dos dados

Após a coleta, os dados foram analisados e discutidos, juntamente com as literaturas encontradas, para expor as situações e identificar as questões socioeconômicas e espaciais dos bairros estudados, além de elaborar documento da área quanto ao seu crescimento urbano, caracterizando as relações de ocupação.

Pretende-se assim, após a conclusão da pesquisa, publicar os resultados obtidos, primeiramente em periódicos e revistas eletrônicas, posteriormente procurar os órgãos públicos da administração do município para realizar demonstração do que foi aplicado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 FATOS RECENTES SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE CARAÚBAS

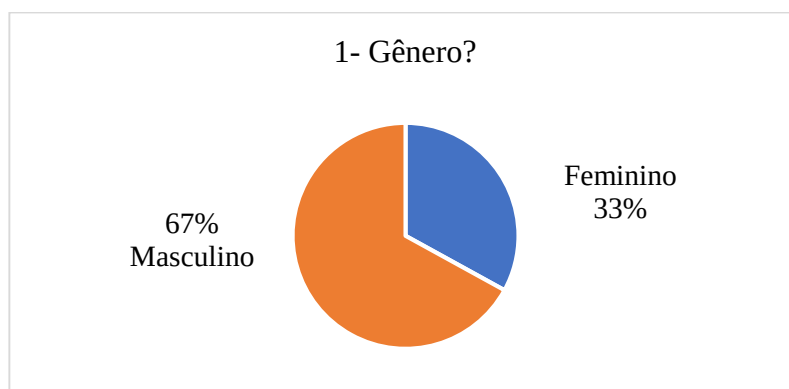
Dois fatos mais recentes contribuíram, consideravelmente, para o crescimento urbano de Caraúbas: a instalação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e a efetivação do Programa Minha Casa Minha Vida. A chegada da universidade, em 2010, contribuiu para o aumento do investimento no setor imobiliário, uma vez que, estudantes de outras cidades e regiões passaram a procurar estabelecimento para aluguéis. E o programa habitacional ampliou o investimento na construção de áreas habitacionais financiadas pelos bancos às pessoas com renda apropriada.

Esses detalhes da urbanização da cidade de Caraúbas são importantes para se considerar na análise da qualidade de vida dos moradores, uma vez que, à medida que a cidade cresce, é necessário, como já analisado no referencial teórico, que sejam planejadas as políticas de integração para a qualidade de vida, na mobilidade, sustentabilidade, educação, saúde e outros direitos que a população urbana dispõe, segundo a legislação, para que tudo isso se reflita na valorização do espaço público urbano (BRASIL, 2005).

4.2 QUALIDADE DE VIDA

A análise sobre as principais transformações ocorridas pelo processo de desenvolvimento urbano da cidade de Caraúbas-RN e dos impactos oriundos destes acontecimentos com a qualidade de vida da população, partiu do levantamento sobre o perfil social, iniciando pelo perfil de gênero, com resultado no Gráfico 1.

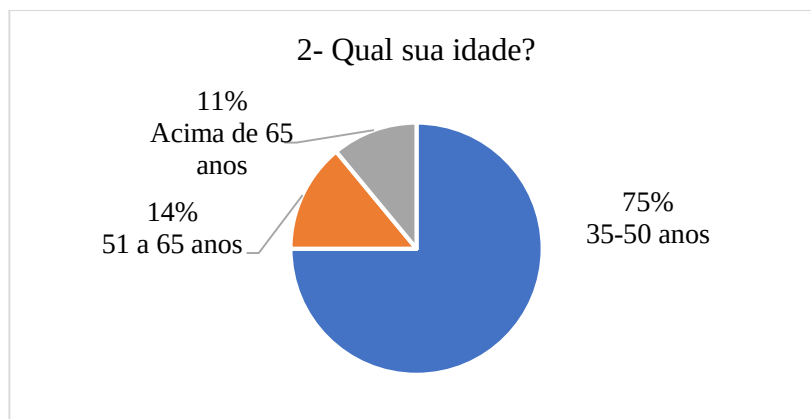
Gráfico 1 – Gênero predominante dos participantes.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Predominou a participação de pessoas do sexo masculino, com 67% do público. O gênero feminino ficou apenas com 33% de participação. O segundo ponto abordado na pesquisa foi a faixa etária de idade dos participantes. Três faixas etárias foram citadas: 35-50; 51-65 e mais de 65 anos, conforme dados do Gráfico 2 os resultados foram os seguintes:

Gráfico 2 – Faixa etária de idade dos pesquisados.



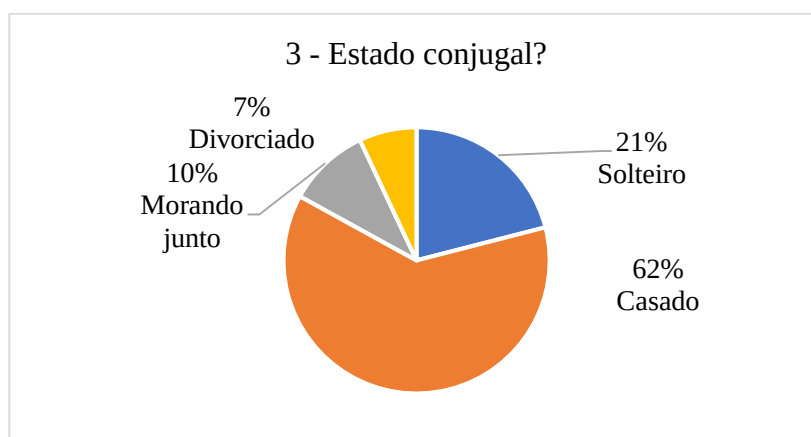
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os resultados demonstram que o público com maior participação no estudo está numa faixa etária de idade entre 35 e 50 anos, atingindo 75% de índice, enquanto que a segunda colocação ficou com o público de 51 a 65 anos, com 14% de participação e em última posição os indivíduos com idade maior que 65 anos, com apenas 11% de participação.

A escolha das três faixas etárias de idade diz respeito à maior segurança com os dados, uma vez que, 35 a 65 anos ou mais de vida proporciona mais tempo de observação sobre as transformações ocorridas ao longo da história.

Outro detalhe que serve como ponto de identificação dos participantes da pesquisa foi a observação sobre o estado civil deles. Quanto a essa questão os dados estão expostos no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Estado conjugal dos pesquisados.

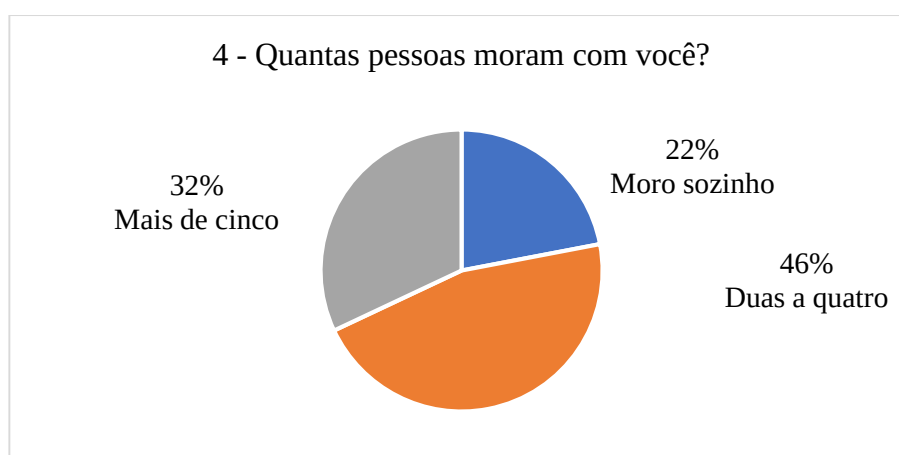


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os dados esclarecem que a maioria dos participantes pertence a um público de pessoas casadas, 62%. No grupo de solteiros estão incluídos 21%, enquanto apenas morando juntos, ou seja, em união estável representado por 10% e apenas 7% são divorciados.

No que se refere à quantidade de pessoas que residem na mesma casa, os resultados estão expostos no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Quantidade de pessoas em casa.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Fica evidente que a maioria das famílias são compostas por duas a quatro pessoas, pois essa descrição foi apontada por 46% dos pesquisados. Os que moram residem com mais de cinco pessoas representam 32% e os que moram sozinhos são apenas 22%.

Para saber qual perfil de pessoas contemplam a família do participante também foi perguntado se a mesma tem filhos. As respostas geraram os dados descritos no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Prole.

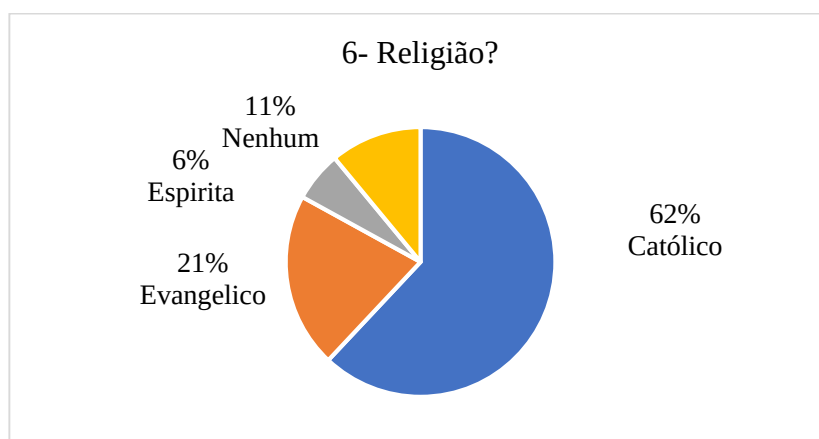


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Corroborando com a informação de que a maioria do público participante é casada ou convive em união estável, como está descrito no Gráfico 3, também a maioria, ou seja, 78% dos participantes informam que têm filhos, portanto, as pessoas que moram com eles, certamente fazem parte da sua prole.

A última questão com a finalidade de indicar o perfil do público pesquisado aborda a cultura religiosa dos participantes, com a pergunta sobre a religião que professam. Conforme dados do Gráfico 6.

Gráfico 6 – Religião que professam.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Fica bem evidente, pelos dados apresentados no Gráfico 6 que a maioria dos participantes da pesquisa, 62% professam a religião Católica e Apostólica Romana; em segundo lugar estão os evangélicos com 21%; em terceiro os espíritas com 6% e ainda os que não professam nenhuma religião, que representam 11%.

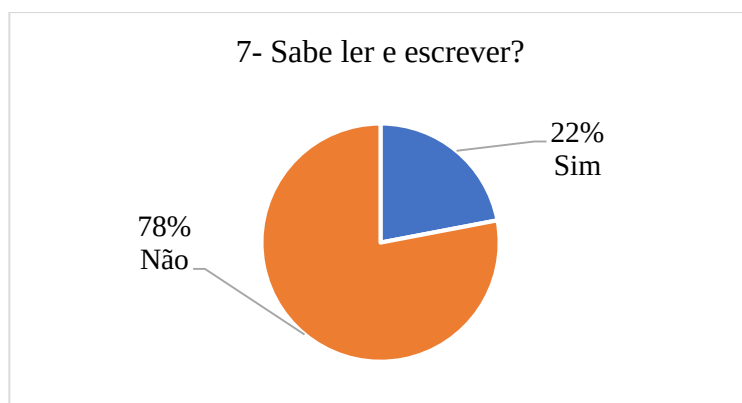
Em uma breve interpretação sobre o perfil dos participantes da pesquisa, pode-se sintetizar o seguinte: a maioria deles é do sexo masculino, tem faixa etária de 35 a 50 anos, são pessoas casadas ou convivem juntas em união estável, compõem uma família de duas a quatro pessoas, provavelmente duas delas sendo filhos (as) e professam a religião Católica, Apostólica Romana.

Este perfil é o mais comum nas famílias brasileiras, conforme pesquisas e estimativas realizadas pelo próprio IBGE em conformidade com o contexto atual das famílias brasileiras, bem como resguarda alguns dos pressupostos da Constituição Federal Brasileira (1988), quando estabelece a liberdade de constituição de família, sendo casado ou não, e a liberdade de escolha da quantidade de filhos, de religião e credo para as pessoas nacionais de qualquer idade. Alguns pontos dessa liberdade também implicam na qualidade de vida, uma vez que, conforme Almeida, Gutierrez e Marques (2012) esta condição também está atrelada à satisfação da pessoa com a formação da família, da constituição social e amorosa e da estética existencial. Perceber a existência e saber identificá-la conforme sua subjetividade já é um ponto positivo nesse sentido.

Pode-se assim dizer que, no ponto de perceber-se enquanto família existente dentro de um contexto sociocultural e religioso já permite compreender que os participantes da pesquisa são conscientes da busca por melhorias para suas famílias, incluindo aqueles que convivem juntos.

Em um segundo momento, passa-se a analisar os pontos que são congruentes com os direitos fundamentais a que toda comunidade, em seu aspecto territorial, em especial de urbanização tem garantidos. Nesse âmbito, inicia-se provocando os entrevistados a responderem sobre suas condições educacionais. A primeira pergunta diz respeito às habilidades de leitura da língua escrita. Foi perguntado se os indivíduos com mais de 65 anos sabiam ler e escrever. As respostas geraram o resultado apontado no Gráfico 7

Gráfico 7 – Leitura e escrita.



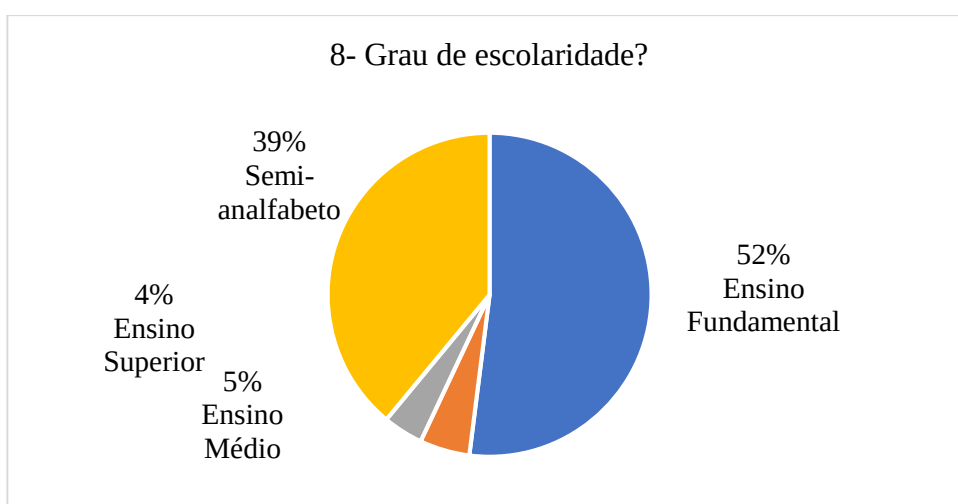
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os dados levantados no Gráfico 7 revelam que, contrariando a legislação federal, a maioria dos indivíduos no intervalo da pesquisa não tiveram acesso à educação, pois, 78% dos que têm mais de 65 anos não aprenderam a ler e nem a escrever. A Constituição Federal define a educação como um dos direitos fundamentais, o que corrobora com a ideia de que dentro do espaço urbano devem ser disponibilizados meios para que o cidadão tenha acesso à educação, podendo assim desenvolver as habilidades de leitura e escrita que são desenvolvidas no processo escolar.

O que fica claro é que apenas 22% deste público, além das demais faixas etárias, tiveram o acesso à educação e puderam desfrutar das vantagens que a leitura e a escrita proporcionam para a qualidade de vida do cidadão. Nesse caso, a educação, que é dos serviços públicos indispensáveis, parece ter sido inserida dentro do processo de urbanização da cidade de Caraúbas tardiamente, pois, somente as populações mais jovens tiveram um acesso maior, sendo, portanto, um serviço falho para o estabelecimento da qualidade de vida dos munícipes, já que é um dos deveres do Estado, como dispõe a Constituição Federal (1988) e a LDB nº 9.394/96.

Ainda como um ponto relacionado à educação, também foi perguntado sobre o grau de escolaridade dos participantes da pesquisa em todas as faixas etárias. Sobre isto, os resultados são apontados no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Grau de escolaridade.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

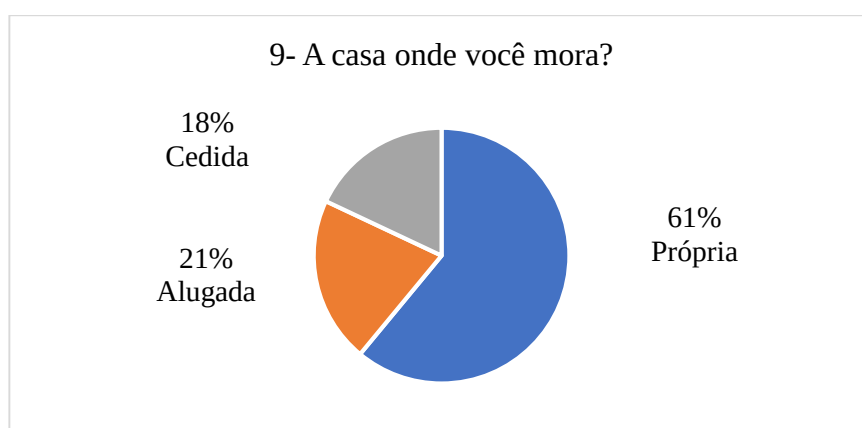
A análise do Gráfico 8 permite interpretar que é muito elevado o índice de envolvidos na pesquisa que são semi-analfabetos, o que representa 39%, sendo que, 52% têm apenas o

ensino fundamental. Este dado não significa que todos estes tenham aprendido a ler e/ ou escrever. Esse caráter da população da pesquisa indica que alguns desses podem até ter tido acesso à educação, porém, esta foi de baixa qualidade ou, talvez, alguns, por razões externas tiveram que interromper a frequência à escola, o que reflete de forma negativa na qualidade de vida.

Os efeitos sociais sobre esta condição se refletem no desemprego, na falta de informação e em outros perfis sociais que geram problemas à comunidade. Entre os quais a própria forma de cuidar da saúde, do ambiente e da cidade. Segundo Almeida, Gutierrez e Marques (2019) os conhecimentos, experiências e valores construídos na coletividade também são elementos importantes para a constituição da qualidade de vida, coisas que a leitura e a escola também contribuem.

Ainda como forma de interpretação da qualidade de vida, os participantes da pesquisa também foram abordados sobre a condição da moradia que ocupam na área de urbanização, considerando se própria, alugada ou cedida. Os dados são pontados no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Condição da moradia.



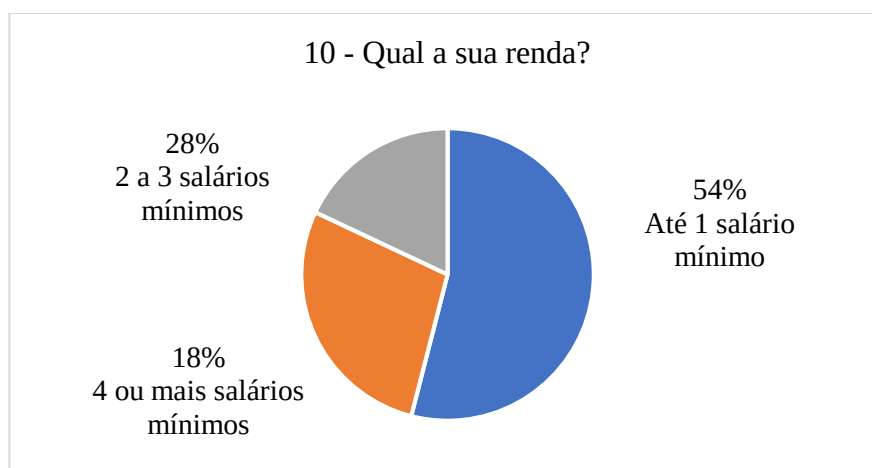
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O índice de 61% para casa própria indica ponto positivo no quesito qualidade de vida, pois, nesse sentido, a família já não se preocupa, por exemplo, com pagamento de aluguel ou com os pedidos inesperados ao estarem instalados em uma casa cedida, algo que pode ocorrer a qualquer instante.

No entanto, importante compreender que somente a condição de propriedade da moradia não é algo que garanta a qualidade de vida. É preciso saber sobre distribuição de renda e se os serviços públicos são oferecidos, se as leis referentes à educação, à saúde, à segurança, ao saneamento, à estruturação de praças e áreas de lazer, os serviços de saneamento básico são

cumpridos, caso contrário, há prejuízos para a população. E muitas vezes, esses prejuízos se geram das disparidades sociais que surgem quando a expansão urbana é desequilibrada (ROLNIK; KLINK, 2011). Por isso, no Gráfico 10 apresenta-se a descrição da distribuição de renda da amostragem pesquisada.

Gráfico 10 – Distribuição de renda.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

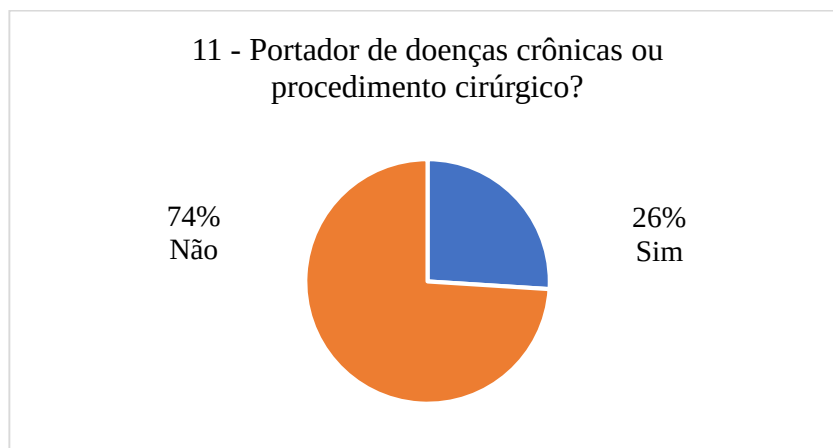
Pelo observado no Gráfico 10, o índice de 54% de pessoas que ganham até um salário mínimo, 28% que ganham de 2 a 3 salários mínimos e 18% que ganham de 4 a mais salários mínimos apresenta relação com aspectos da desigualdade social mencionados na análise do Gráfico 9.

Observa-se que, os índices de 28% que ganham de 2 a 3 salários e de 18% que ganham de 4 a mais salários podem ser considerados altos, mas, ressalta-se, esses valores incluem uma renda na qual estão vários membros da família imersos na renda total, às vezes há dois aposentados em uma só família, como também há pessoas com grau de escolaridade e emprego público que chegam a atingir um nível salarial maior devido ao acúmulo de vantagens. O importante é perceber que a maioria está incluída no nível mais baixo de salários, fazendo com que esse desequilíbrio na distribuição de renda possa ser uma das causas do elevado indicador de uma baixa qualidade de vida em diversos aspectos, incluindo também o tipo de moradia.

Outro detalhe pesquisado diz respeito aos serviços públicos prestados à população, se são ofertados com eficiência. Foi feita uma abordagem sobre o quesito “saúde” da população da pesquisa. Duas perguntas foram lançadas com relação ao assunto: se tinham alguma doença crônica ou se já haviam realizado alguma intervenção cirúrgica e, se tomam algum

medicamento. Os resultados referentes a estes dois questionamentos são apontados nos Gráficos 11 e 12.

Gráfico 11 – Sobre doenças crônicas ou passou por algum processo cirúrgico.

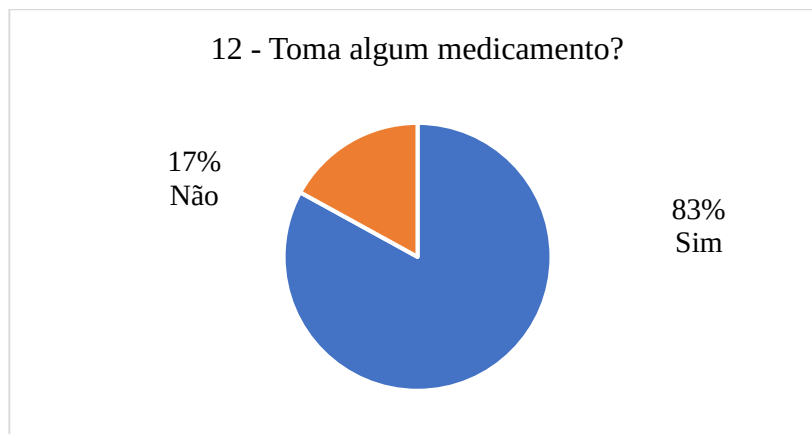


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Observa-se, pelos dados do Gráfico 11 que um índice de 26% dos participantes da pesquisa são portadores de doenças crônicas ou já realizaram algum tipo de intervenção cirúrgica. Isso indica que os serviços de saúde pública devem estar presentes e disponíveis à população da área dos quatro bairros: Alto de São Severino, Leandro Bezerra, Sebastião Maltêz e o Centro.

E essa disponibilidade está também associada à condição apresentada no Gráfico 12, onde estão os dados referentes ao uso de medicamentos pela população pesquisada nesses bairros.

Gráfico 12 – Uso de medicamentos.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Vê-se que, 83%, um índice considerável de pessoas, usa algum tipo de medicamento, o que supõe que esses medicamentos são prescritos por algum médico, e se assim procede, o nível de uso da medicina curativa é muito elevado, o que indica a presença de muitos processos de doenças. Observando que apenas 26% tem doença crônica ou se passou por algum processo cirúrgico, pode-se interpretar que doenças associadas à falta de algum serviço público, como saneamento básico, pode ser um dos motivos de tanta necessidade da população ser medicada.

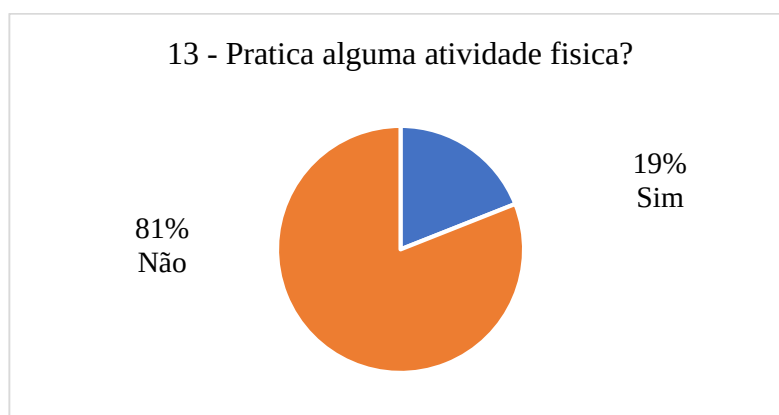
Considera-se que Caraúbas é uma cidade que não dispõe de esgotamento sanitário, o que pode contribuir para a proliferação de doenças de diversas espécies. Em torno de 90% da população tem acesso a água encanada por meio dos serviços da Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) e as ruas urbanizadas são em maioria pavimentadas, chegando a um índice de 75%.

De acordo com o IBGE, em 2010 Caraúbas apresentava 12.7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 72.6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 3.3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 107 de 167, 107 de 167 e 67 de 167, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 4156 de 5570, 2954 de 5570 e 3790 de 5570, respectivamente.

Entende-se, portanto, que nesse sentido, a qualidade de vida desta população apresenta tendência para indicadores negativos, pois, muitas doenças podem estar ocorrendo por causa dos problemas relacionados à prestação de serviços, seja pelo não atendimento a algum direito básico ou simplesmente pela disparidade social, como cita Ribbeck (2005).

Outra questão que também foi abordada e que se relaciona com o tema da saúde foi a realização de atividades físicas por parte da população do estudo. Foi perguntado se eles praticam tais atividades, quais os tipos praticados e quais as dificuldades de praticá-las. Os resultados são apontados nos Gráficos 13, 14 e 15.

Gráfico 13 – Sobre a prática de atividades físicas.



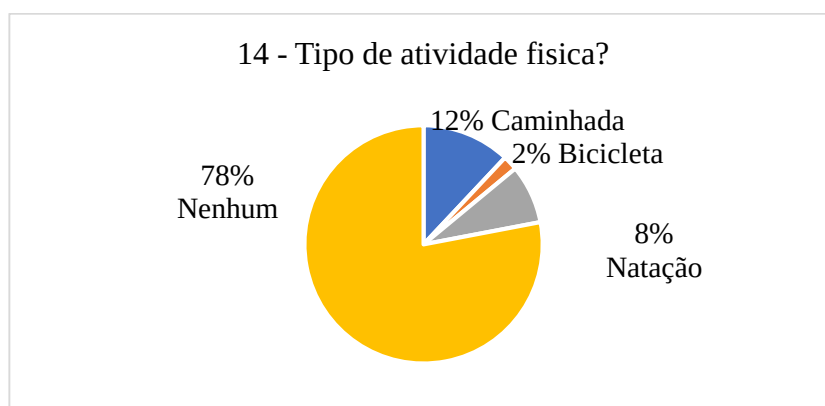
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os apontamentos do Gráfico 13 já esclarecem que entre os indivíduos que foram pesquisados apenas 19% praticam algum exercício físico, em contrapartida, 81% não praticam. Vários fatores podem influir nesse comportamento da população envolvida, entre os quais estão as questões voltadas para a falta de informações sobre os benefícios para qualidade de vida, a falta de costume, algum problema de saúde ou mesmo a falta de local adequado para tal. Neste último caso, destaca-se que é obrigação do planejamento de políticas públicas de urbanização incluir nos planos diretores das cidades providenciar áreas de convívio coletivo (BRASIL, 2001; SILVEIRA & ESPÍNDULA, 2019).

Quando essas áreas de convívio, que podem ser praças ou áreas de lazer, não são dispostas no espaço urbano, o IDH pode sofrer alterações negativas. Portanto, a qualidade de vida é diminuída. O último IDH do município de Caraúbas foi medido pelo IBGE no censo 2010 e foi de 0,636, avaliado como médio. No entanto, após tantas transformações acredita-se ter ocorrido alguma variação.

Sobre o tipo de atividade física praticada, observa-se que os dados do Gráfico 14 indicam os seguintes resultados:

Gráfico 14 – Tipos de atividade física praticados.

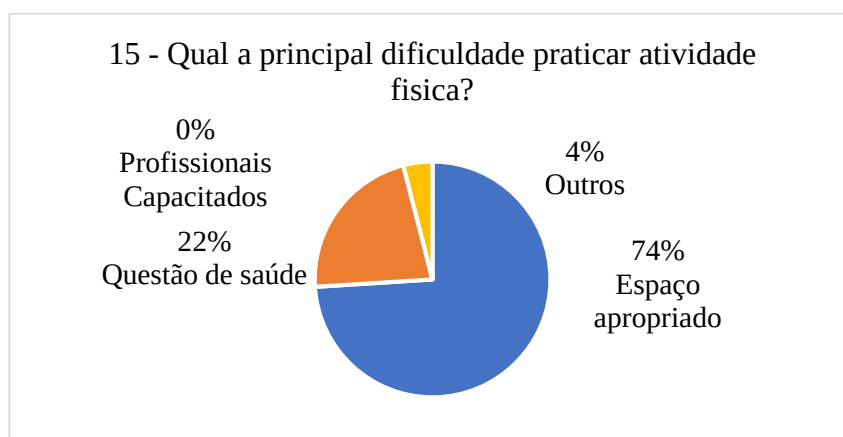


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

É perceptível que o índice de maior valor no Gráfico 14 é igual a 78%, justamente um valor aproximado ao elevado número de indivíduos que disseram não praticar atividades físicas, que foi de 81% apontados no Gráfico 13, com diferenças de 3 pontos. Essa diferença pode estar relacionada com uma pequena quantidade de pessoas que não consideram a caminhada leve como atividade física. A prática mais evidente é a caminhada, ainda assim, por apenas 12%. A bicicleta é citada por o mínimo de 2% e 8% diz fazer musculação. Todas as atividades mencionadas são importantes meios de melhorar a qualidade de vida, em especial aumentar a longevidade, por consequência da melhora de IDH, porém, os índices de prática de exercícios físicos encontrados são muito baixos.

Para entender o porquê, ou seja, saber os motivos pelos quais há tantas dificuldades de as pessoas praticarem algum tipo de atividade física, a questão foi abordada com o público participante. Os índices referentes a essa abordagem estão registrados no Gráfico 15. Observe-se:

Gráfico 15 – Dificuldades associadas à prática de atividades físicas.

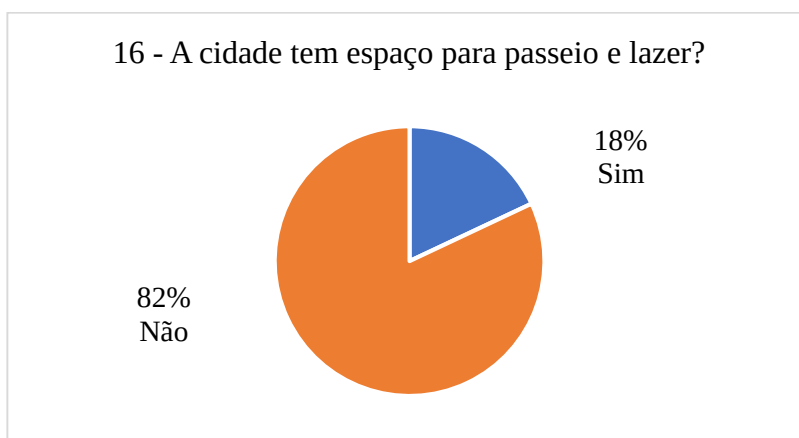


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A resposta de índice mais elevado foi a falta de espaço apropriado, 74% dos participantes enfatiza que não pratica nenhum tipo de atividade física porque não há um espaço apropriado; 22% apresenta questões de saúde que atrapalham e 4% diz ser outros motivos que não foram especificados. A partir deste resultado é possível interpretar que a maioria das pessoas não investe na atividade física porque não existe uma área urbana adequada para tal. Nesse caso, falta na cidade de Caraúbas, em seus principais bairros, as áreas de convivência, citadas por Silveira e Espíndula (2019), como áreas são importantes no espaço urbano, uma vez que, servem para prática de lazer, como também para a realização de outras atividades nas quais se incluem o exercício físico.

Ainda se referindo às questões de espaço de lazer, e considerando que o público pesquisado atende também a faixa de terceira idade, foi perguntado se a cidade tem algum espaço destinado ao passeio e lazer e qual o nível de satisfação dos envolvidos na pesquisa, assim quanto a existência de área específicas ao lazer da pessoa idosa, uma vez que, qualquer centro urbano, objetiva a longevidade de sua população. Os dados referentes a estas questões são expostos nos Gráficos 16, 17 e 18.

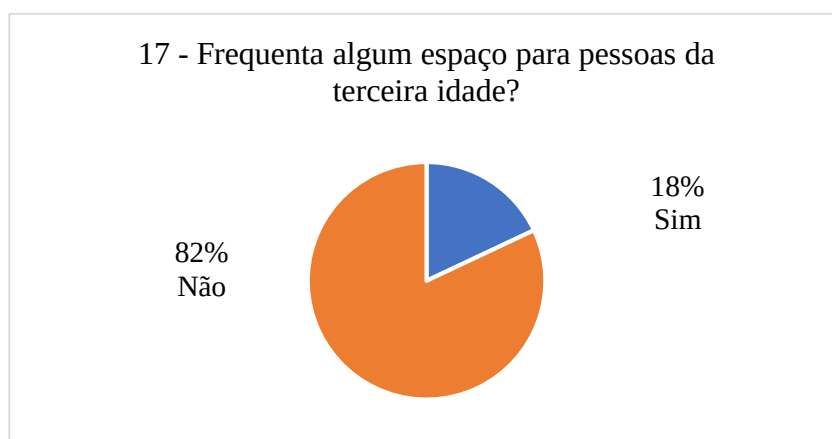
Gráfico 16 – Existência de espaço para passeio e lazer na cidade de Caraúbas/ RN.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os números de respostas positivas sobre a existência de espaço público e coletivo são muito aproximados dos números expostos sobre as dificuldades de praticar exercícios, que é de 74%. Observa-se que, 82% diz não existir, 18% diz existir. A análise deste indicador pode ser associada à resposta dada a questões referentes à frequência e à satisfação, abordadas no Gráfico 17 e 18, observe-se como são apresentados esses dados.

Gráfico 17 – A existência/frequência a espaços destinados às pessoas da terceira idade.

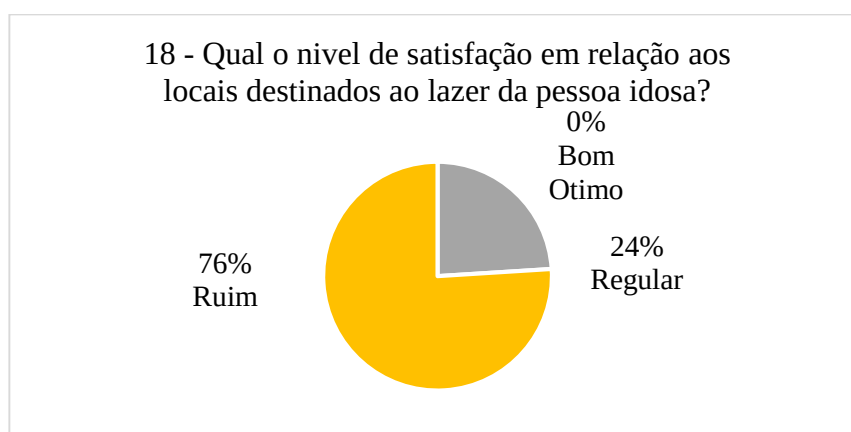


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Observa-se que apenas 18% do público pesquisado diz existir e/ou frequentar algum tipo de espaço destinado a pessoas da terceira idade. A resposta pode estar associada à inexistência desses espaços (ou identificação de lugares específicos) já apresentada e confirmadas no Gráfico 16, mas, também à própria preferência do indivíduo de não participar.

E, isto está ligado às questões de se sentir satisfeito ou não com tal atividade. Considerando a primeira possibilidade, o Gráfico 18 traz dados que podem revelar tal hipótese. Observe-se:

Gráfico 18 – Nível de satisfação em relação aos locais destinados ao lazer.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao observar os números apresentados no Gráfico 17, percebe-se que a questão abordada no Gráfico 16 pode ter resposta associada a este último resultado pelo fato de que, é provável que a população entenda que por não serem espaços adequados, avaliados como ruins, já que a resposta foi de 76% para essa caracterização do nível de satisfação, os 82% - representados no

Gráfico 16 – entendam que isso seja suficiente para dizer que não existem espaços destinados ao lazer ou específicos para pessoa idosa. É possível perceber que somente os que frequentam os espaços avaliam como regular. A síntese final é que os níveis de satisfação para com os espaços públicos coletivos são negativos.

Esse resultado indica que, apesar do avançado processo de urbanização da cidade de Caraúbas, quando se trata de espaços de lazer, as falhas aparecem pelo fato de serem avaliados como inadequados ou inexistentes.

Sobre as questões relacionadas a projetos e ações de sustentabilidade na área urbana, os participantes da pesquisa não souberam responder à questão. Imagina-se que a falta de resposta seja exatamente porque a palavra se refere a um conceito recente e de pouco conhecimento dos envolvidos no estudo. Como os dados também revelam, tanto falta de acesso como a inexistência de educação ambiental, o termo se torna mais desconhecido ainda.

Sendo assim, o nível de satisfação nesse quesito deve ser considerado baixo, considerando que a manutenção e preservação do meio ambiente, como também a conscientização da população na adoção de ações cotidianas de sustentabilidade, são aspectos fundamentais e consideráveis quanto a verificação de qualidade de vida local, presente e futura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber que a urbanização avançou à frente das adequações que são necessárias para que a população tenha melhor qualidade de vida, principalmente os mais idosos.

Ao longo da sua existência enquanto município, desde sua emancipação, muitas transformações ocorreram e contribuíram para que a cidade crescesse, desde a implantação da estrada de ferro que alavancou o comércio, passando pelo processo algodoeiro e beneficiamento da castanha até à chegada do ensino superior na cidade e dos projetos habitacionais que contribuíram para o processo de urbanização. Tanto que hoje a população da zona urbana é evidentemente bem maior do que a da zona rural.

No entanto, a cidade apresenta vários problemas urbanos. Sintetizando os resultados desde o Gráfico 7, pode-se compreender que a qualidade de vida das pessoas, em especial das pessoas com mais de 60 anos, na área urbana de Caraúbas, não é boa. A maioria não teve acesso à leitura e à escrita, 78% tem nível de escolaridade baixo ou nunca foi à escola, 61% mora em casa própria, 74% não apresenta doenças crônicas ou já passou por processo cirúrgico, mas 83% faz uso de medicamentos e isso indica que a saúde não é de boa qualidade. A maioria, 81%, não pratica atividade física e 74% diz que é por falta de espaço adequado; alguns por serem pessoas da terceira idade também não frequentam espaços destinados a essa faixa etária porque preferem dizer que não existe, já que são de pouca qualidade. Por fim, pela falta de um nível educacional mais elevado, a idade e até por falta de um projeto de educação ambiental, não sabem responder sobre a existência de projetos ou ações de sustentabilidade nas áreas urbanas.

Sendo assim, pode-se perceber que, de acordo com o que foi pesquisado, o grau de satisfação com os aspectos relacionados à qualidade de vida na zona urbana de Caraúbas é muito baixo. A cidade cresceu, mas, alguns aspectos que devem progredir junto com o processo de urbanização não conseguiram acompanhar esse crescimento, como é o caso da existência de área verdes, educação ambiental, espaços públicos para atividade física, dentre outros.

Diante de tais resultados, as sugestões para dar continuidade ao tema deste estudo, assim como ações mitigadoras a serem propostas à administração pública, seriam, por exemplo, ações direcionadas ao mapeamento dos principais setores que merecem atenção no processo de urbanização, como as questões voltadas para a elaboração/melhoramento de plano diretor, um plano de saneamento básico ou melhorias de ações já existentes nesse sentido, construção de

espaços de convivência e ampliação do acesso à educação, em especial com a criação de um projeto de educação ambiental, para que seja trabalhada a conscientização da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. **Justiça Ambiental**: Narrativas de resistência ao risco social ampliado. In: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Executiva, Diretoria De Educação Ambiental. Encontros e Caminhos: Formação de educadoras (res) ambientais e coletivos educadores. 2005.
- ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L.; MARQUES, R. **Qualidade de vida**: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa. São Paulo: Editora Each/USP, 2012.
- ÁZARO JÚNIOR, E. M e MOURÃO, G. N. Urbanização e desenvolvimento humano nos municípios do Paraná. **Programa de Apoio à Iniciação Científica** - PAIC 2015-2016.
- BATTAUS, D. M. A.; OLIVEIRA, E. A. B. O direito à cidade: urbanização excludente e a política urbana brasileira. **Lua Nova**, São Paulo, v. 97, p. 81-106, 2016.
- BELTRÃO, B. A. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**. Diagnóstico do município de Caraúbas, estado do Rio Grande do Norte. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.
- BERNARDO, C. H. C. et al. Espaço rural e espaço urbano: pluralidade conceitual e as tecnologias de informação e comunicação. **Revista Rua**, v. 23, n. 1. Jun. 2017.
Disponível <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/paginasartigo/viewpagina?numeroPagina=1&artigo_id=81> Acesso em 25 de abril, 2021.
- BRAGA, R. M. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 22, 2007.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Caraúbas - IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/caraubas>. Acesso em: 13 maio 2020.
- BRASIL. Secretaria de Atenção A Saúde. Ministério da Saúde. **Tipos de estabelecimentos de saúde**. Disponível em: http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Unidade.asp?VEstado=24&VMun=240230&VComp=00&VUni=. Acesso em: 15 abr. 2020.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade**: lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Brasília, DF: poder executivo, 2001.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Mobilidade e Política Urbana**: Subsídios para uma Gestão Integrada. Rio de Janeiro, IBAM, 2005.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico**: Lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007. Brasília, DF: poder executivo, 05 de janeiro de 2007. Disponível em:
<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/documentos/pagina/lei_1144507.pdf>
Acesso em 25 de abril 2021.
- BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente**: Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Brasília, DF: poder executivo, 05 de janeiro de 2007. Disponível em:

<<http://www.progere.ufc.br/wp-content/uploads/2015/08/Lei-6.938-de-31-de-agosto-de-1981-Pol%C3%ADtica-Nacional-do-Meio-Ambiente.pdf>> Acesso em 25 de abril 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Poder Legislativo, 05 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei nº 9.394/96. Brasília: Poder Legislativo, 20 de dezembro de 1996.

BRITO, F.; PINHO, B. A. T. D. de. **Distribuição espacial da população, urbanização e migrações internas no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2015.

CABRAL, L. N.; CÂNDIDO, G. A. Urbanização, vulnerabilidade, resiliência: relações conceituais e compreensões de causa e efeito. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Paraíba, v. 11, p. 1-13, 2019.

CARLOS, A. F. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas Públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 2003

DEÁK, C. Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 80. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Org.). **O Processo de Urbanização no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004.

DINIZ, J. A. **O que fazer para diminuir o êxodo rural?** Areia-PB, 02 de abril de 2011.

FARIA, R. Os desiguais limites da porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) em Pouso Alegre, Minas Gerais, Brasil. Ra'eGa: **O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 29, p. 135-156, 2013.

FERNANDES, L. V. A produção de castanha de caju e a dinâmica sócioespacial do município de Caraúbas – RN. **GEOCONEXÕES**, Ano 1, v. 2. 2015.

FERRAO, João. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 26, n. 78, p. 123-130, sept. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250716120000078000006&lng=es&nrm=iso>. Acesso em e 26 abr. 2021.

FLORIANO, C. O. Identificação da qualidade de vida no meio rural no município de Major Vieira. **Ágora**: Revista De divulgação científica, Santa Catarina, v. 16, n. 1, 2009.

FURTADO, J. S. Gestão com responsabilidade socioambiental. Desenvolvimento sustentável e comunidade. **Produção Limpa**, 2003.

FONTELLES, M. J. et al., Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Rev. Para. Med. (Impr.)**, v. 23, n. 3, jul.-set, 2009.

FONTOURA, L. N. J. Planejamento urbano-ambiental: o uso e ocupação do solo no Distrito Federal. **Revista Especialize On-line Ipog**, v. 1, n. 5, 1-13., 2013. Disponível em <<https://www.ipog.edu.br/revista-especialize-online-busca/?autor=Leandro%20Nazareth%20Jer%F4nimo%20Fontoura>> Acesso em 25 de abril 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010**. Disponíveis em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 de abril de 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Caraúbas**: história e fotos. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/caraubas/historico>>. Acesso em 05 de maio de 2021.

IVO, A. B. L. Questão social e questão urbana: laços imperfeitos. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, abr., 2010.

KEINERT, T. M. M.; KARRUZ, A. P.; KARRUZ, S. **Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias**. São Paulo: Editora Annablume, Fapesp, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

LOUREIRO; M. M.; GREGORI, I. C. S. Como construir cidades sustentáveis? **I Congresso Internacional de Direito Ambiental e Ecologia Política**. Santa Maria/ RS, 2012.

MACHADO, M. H. F. Urbanização e sustentabilidade ambiental. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, n. ° 3, out. 2000. DOI:<http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2000n3p81>.

NAHAS, M. I. P.; ESTEVES, O. A. Metodologia do índice de qualidade de vida urbana e suas aplicações. In: NAHAS, M. I. P. **Qualidade de vida urbana**: abordagens, indicadores e experiências internacionais. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

PINHO; BRITO, A urbanização da população brasileira: uma análise segundo o tamanho dos municípios. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 21, 2017, São Bernardo do Campo **Anais...** São Paulo: ABEP, 2017.

PREFEITURA DE CARAÚBAS (Org.). **História de Caraúbas**: Da capelinha ao município. Disponível em: Acesso em 04 de maio de 2021.

RIBBECK, E. **Die Welt wird Stadt: Stadtbilder aus Asien, Afrika, Lateinamerika**. Berlin: Ed. Jovis Verlag, 2005.

ROLNIK, R.; KLINK, J. Por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos Estudos**, mar. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/nec/n89/06.pdf>>. Acesso em 24 abril 2021.

ROSA, M. O. **O processo de urbanização e a qualidade de vida: observações sobre o espaço urbano de Brasília**. 83 f. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Direito Urbanístico e Regulação Ambiental) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2014.

SANTOS, F. S.; GALLO, D. A experiência brasileira na construção de Índices de Qualidade de Vida Urbana: planejamento e gestão urbana. **Revista nacional de gerenciamento de cidades**, Rio de Janeiro, v.6, n. 40, p. 85-99, 2018.

SANTOS, F. S.; GALLO, D. Mensurando Qualidade de Vida Urbana: experiências internacionais. **Revista nacional de gerenciamento de cidades**, Rio de Janeiro, v.6, n. 41, p. 93-107, 2018.

SCHNEIDER, S; FIALHO, M. A. V. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo - RS, 2000.

SENA, F. B.; NEGREIROS, I.; ABIKO, A. K. Implementação de indicadores de sustentabilidade urbana estabelecidos em normas internacionais e sua adequação à realidade brasileira. **In:** Simpósio nacional de gestão e engenharia urbana, 2017, São Carlos. **Anais...** São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2017.

SILVA JÚNIOR, I. G. e RANGEL, T. L. V. O direito à segurança pública como direito fundamental. **Revista Âmbito Jurídico**, 1 de ago. 2017. Disponível em: <[https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/o-direito-a-seguranca-publica-como-direito-fundamental/#:~:text=A%20seguran%C3%A7a%20p%C3%ABblica%20est%C3%A1%20positivada,%3A%E2%80%9D%20\(BRASIL%2C%201988\)>](https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/o-direito-a-seguranca-publica-como-direito-fundamental/#:~:text=A%20seguran%C3%A7a%20p%C3%ABblica%20est%C3%A1%20positivada,%3A%E2%80%9D%20(BRASIL%2C%201988)>)> Acesso em 26 de abril 2021.

SILVEIRA, R. L. L.; JARDIM, F. T. Crescimento demográfico e urbanização nas cidades médias gaúchas: alterações na dinâmica urbana regional do Rio Grande do Sul. **In: Seminário internacional sobre o desenvolvimento regional**, 8, 2017, **Anais...** Rio Grande do Sul: Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios Santa Cruz do Sul, set., 2017.

SILVEIRA, F. A.; ESPINDULA, L. **Praças como áreas de lazer e convívio social**: estudo em Ibatiba-ES. V Seminário Científico do UNIFACIG – 07 e 08 de novembro de 2019.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TONELLA, C. Políticas Urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições. **Revista Sociedade e Estado** – v. 28, n. 1, Jan/Abril, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/se/v28n1/03.pdf>> Acesso em 04 de maio de 2021.

VIANNA, L. W.; BURGOS, M. B. As ações coletivas e os novos lugares da democracia no Brasil. **Caderno CEDES-IUPERJ**, 2005. Disponível em: <<http://www.cis.puc-rio.br/cis/cedes/PDF/publicacao/acoescoletivas.pdf>>. Acesso em 25 abril 2021.

VIEIRA, K. L. S. S. Urbanização e segregação na cidade contemporânea: uma revisão bibliográfica. **REAC/EJSC**, Minas Gerais, v. 5, n. 1117, 2019.

VIKOU, S. V. P.; CANEPARO, S. C.; PAULA, E. V. Urbanização e crescimento demográfico no município de Matinhos. *In*: LADWIG, N. I.; SCHWALM, H. **Planejamento e gestão territorial: gestão integrada do território**. Criciúma: UNESC, 2017.

VITTE, Claudete de Castro Silva. A qualidade de vida urbana e sua dimensão subjetiva: uma contribuição ao debate sobre políticas públicas e sobre a cidade. *In*: VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tânia M. M. (Org.). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda., 2009.

APÊNDICE A:
QUESTIONÁRIO APLICADO

Questão 1 - Gênero?

Questão 2 – Qual a sua idade?

Questão 3 - Estado conjugal?

Questão 4 - Quantas pessoas moram com você?

Questão 5 - Tem filhos?

Questão 6 - Religião?

Questão 7 - Sabe ler e escrever?

Questão 8 - Grau de escolaridade?

Questão 9 - A casa onde você mora?

Questão 10 - Qual a sua renda?

Questão 11 - Portador de doenças crônicas ou procedimento cirúrgico?

Questão 12 - Toma algum medicamento?

Questão 13 -Pratica alguma atividade física?

Questão 14 -Tipo de atividade física?

Questão 15- Qual a principal dificuldade de praticar atividade física?

Questão 16 - A cidade tem espaço para passeio e lazer?

Questão 17 - Frequenta algum espaço para pessoas da terceira idade?

Questão 18 -Qual o nível de satisfação em relação aos locais destinados ao lazer da pessoa idosa?

Questão 19 –Existe algum projeto e/ou ações de sustentabilidade aplicado na área urbana?
Quais?